



ULYSSES

ANO V - Nº 11 - ABRIL-MAIO-JUNHO 2012

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES



**ECONOMIA BRASILEIRA JÁ É A 6ª DO MUNDO.
MAS IDH É O 84º EM 187 PAÍSES AVALIADOS.**

**Delfim Neto | Paulo Fagundes Visentini
Cristina Soreanu Pecequilo | Celso Furtado
Juventude PMDB**



**SE É BOM PRO BRASIL,
É BOM PROS EUA.**
Revista Ulysses agora na Biblioteca
do Congresso Americano!

DIRETORIA ADMINISTRATIVA DA
FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES

Presidente: Eliseu Padilha
Vice-Presidente: Edinho Bez
Diretor Secretário: Edson Ezequiel
Diretor Tesoureiro: Afrísio Vieira Lima Filho
Secretário-Executivo: João Henrique de Almeida Sousa
Diretores: Moisés Avelino, Wellington Coimbra
Marinha Raupp, Waldemir Moka e Romero Jucá
Diretores Suplentes: Osmar Terra, Aparecida M. Bezerra
e Mauro Benevides
Secretário-Executivo Adjunto: Francisco de Assis Mesquita

CONSELHO CURADOR DA
FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES

Presidente: Esacheu Cipriano Nascimento
Membros: Michel Temer, Ronan Tito, Evandro Mesquita,
Carlos Eduardo Fioravanti, Adenor Piovesan, Pedro Simon,
Francisco Donato Jr., Wolney de Siqueira, Regina Perondi
e Henrique Pires
Suplentes: Rosemary Soares Antunes Rainha,
Gleire Belchior de Aguiar Bezerra
e Colbert Martins

Bolhas de Sabão são formas esféricas de superfície lidescente, compostas por uma fina película de sabão e água. Em condições normais duram poucos segundos e logo explodem, por si





mesmas ou por contato com outro objeto. São tradicionais como jogos para crianças, ainda que seu uso em espetáculos artísticos demonstre que também podem ser fascinantes entre os adultos.

Cartas	06
Antessala	08
Editorial	12
Debate	14
Entrevista	20
Entre Aspas	26
Artigos	28
Capa	36
Opinião	54
Juventude	58
Pelo Brasil	64
Cátedra	76
Persona	80



SE É BOM PARA O BRASIL,

É BOM PARA OS ESTADOS UNIDOS.

A Revista Ulysses tem a honra de comunicar que agora também faz parte do acervo da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América. Localizada na capital Washington, D.C., a Biblioteca do Congresso é a mais antiga instituição cultural americana e também a maior biblioteca do mundo em espaço de armazenagem e número de livros.

Acesse a Revista Ulysses no site <http://catalog.loc.gov/>, através do número 2011357876.



ULYSSES

A REVISTA QUE É UM BALUARTE DA DEMOCRACIA

Finalmente no Brasil uma Liderança muito bem intencionada se levanta em favor do Povo Brasileiro! Liderar é também informar. Chega de enganação! A Fundação Ulysses Guimarães sai na frente preparando gente que, antes esquecida, agora é inserida no rol de cidadãos por excelência através do Curso Básico de Formação Política do Programa EAD/FUG, de qualidade, entre outros (cursos) não menos excelentes, cria oportunidades para uma cidade e um país melhores. É o PMDB dando sua indispensável CONTRIBUIÇÃO!

Eurípedes de Moura

Mediador - São Francisco/MG

Quero dar os parabéns a toda equipe da Fundação pela elaboração do curso Preparatório para Candidatos. É uma belíssima aula de política. Todo o nosso PMDB de Breu Branco/PA agradece de coração. Já estamos na reta final com os 30 alunos.

Maria Jacy dos Santos

Mediadora - Breu Branco/PA

Não vejo mais ninguém preocupado com a formação daqueles que podem vir a nos representar nas próximas eleições. Por isso sempre digo que o PMDB é um partido à frente do seu tempo e sempre preocupado com o futuro do país. Não se é o maior partido do país à toa, isso é resultado de muito trabalho, e me orgulho de fazer parte dessa história.

Luiz Francisco da Costa Vaz

Mediador - Ponta Grossa/PR

O projeto auspicioso de sensibilização e capacitação, objetivando revigorar o partido por meio dos pré-candidatos a vereadores, vice-prefeitos e prefeitos, demonstra atitude louvável e patriota da direção nacional do PMDB.

Pedro Jayme dos Santos

Afredo Wagner/SC

A importância desse Programa (EAD) é levar conhecimento para todos os estados e cidades. E o bom mesmo é que o programa está levando para zona rural. Parabéns.

Rozineide da Silva Santos

Mediadora - Arapiraca/AL

Parabéns a todos os integrantes da equipe EAD/FUG. Trabalho maravilhoso, sério. Meus votos de muito sucesso sempre. Felicidades !!! #EducaçãoLiberta.

Daisy Jael

Aluna - Curitiba/PR

Ao final do curso, fiquei convicta de que vale a pena trilhar esse caminho. Todos de Parabéns!

Janis Loureiro

Mediador - Ijuí/RS

Nunca imaginamos que seria possível termos uma formação de ótima qualidade didática e técnica, com cursos bem apresentados, acima de tudo atraentes e em um formato gratuito. Isso é possível com as plataformas de formação que os cursos do EAD da Fundação Ulysses Guimarães vêm nos oferecer. Estamos muito satisfeitos e interessados em fazer todos os cursos oferecidos devido ao alto poder didático que vimos no primeiro que fizemos. Parabéns a todos pela ideia e saibam que a Educação é o único caminho pelo qual podemos conseguir atingir objetivos claros em nossas vidas.

Marcelo Moraes

Mediador - São Sebastião do Paraíso/MG

Quero felicitar a Revista Ulysses pela excelência do conteúdo e dizer que gostaria de receber novos exemplares.

Everaldo Filho

Recebi os três primeiros volumes da Coletânea Pensamento Político Brasileiro e considerei o material de valor imensurável. Sou professor de História, atualmente secretário municipal da Educação e Cultura do município de Irani-SC. Além disso, sou vice-prefeito (PMDB), ou como diz nosso ex-governador e senador Luiz Henrique, nosso MDB (sou daquela época).

Cleitor Zózimo Zampieri

Irani/SC

ULYSSES

EXPEDIENTE

Eliseu Padilha
Editor



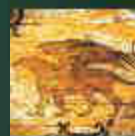
Thatiana Souza
Jornalista Responsável
(reg. prof. 3487-DF)



Graziela R. Camargo
Ciências Políticas



Nação
Comunicação e Marketing



Carlos A. Araujo Júnior
Gráfico



Conselho Editorial

Michel Temer

Gastão Vieira

João Henrique de Almeida Sousa

Itamar de Oliveira

Waldemir Moka

Carlos Eduardo Fioravanti da Costa

Agência de Notícias Fundação Ulysses

Jornalistas: Ana C. Silva, Jolie Castro (EAD),

Paulo Marcial e Roberta Ramos

Fotos: OBrito News e Wendel Lopes

Arte: Alexsander Jr.

Foto Capa: Kaco Hubner

A revista Ulysses é uma publicação trimestral da Fundação Ulysses Guimarães.

A Ulysses não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados.

Câmara dos Deputados, Anexo I, 26º andar

Sala 04 - Cep: 70160-900 - Brasília/DF

Telefone: (61) 3216.9758 / 9759

Fax: (61) 3325.5510

E-mail: revistaulysses@fundacaoulysses.org.br

Impressão: Gráfica Pallotti

Tiragem: 15 mil exemplares

Distribuição gratuita

Desenhe aqui

Quadro 1 - Educação

Descrição da cena:

Três crianças paradas de costas na porta da escola, com mochilas bem grandes do tamanho do corpo. Em uma mochila aparece a palavra "potencial", em outra "criatividade" e na outra "talento". A escola é pequena, com duas janelas imitando os olhos e a porta da escola é redonda e imita um sorriso triste.

Desenhe aqui

Quadro 2 - Formação

Descrição da cena:

Três adolescentes saem da faculdade sorrindo, felizes! Um deles tem nas mãos um quadrado, outro carrega um triângulo e último segura uma esfera.



Desenhe aqui

Quadro 3 - Mercado de Trabalho

Descrição da cena:

Os mesmos três adolescentes estão na frente de um muro chamado mercado de trabalho, esse muro é todo furado com diferentes formas. Um deles está de costas, forçando para fazer seu quadrado encaixar no espaço de um losango. Outro adolescente empurra com as mãos seu triângulo pra entrar no espaço de um hexágono. O terceiro chuta a esfera como uma bola de futebol em direção a um espaço que tem a forma de uma peça de quebra cabeça.



Desenhe aqui

Quadro 4 - Economia

Descrição da cena:

Uma grande engrenagem sem sincronia exata, onde os dentes das peças não se encaixam bem umas nas outras. Dois adultos observam a engrenagem, coçando a cabeça, com ar preocupados, outro adulto com chapéu de político coloca óleo na engrenagem, outro bate com um martelo pra encaixar melhor as peças.

ECONOMIA MUNDIAL

2020

A

0

100

8

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO



A Antessala é um espaço aberto para manifestações artísticas e intelectuais. Exerça a sua liberdade de expressão sobre o **"A crise é mundial. O Brasil está imune?"** Este será o tema da próxima edição de ULYSSES.

Ligue (61) 3216.9758 ou envie e-mail para revistaulysses@fundacaoulysses.org.br e saiba como participar.

O NOVO E ANTIGO DEBATE ENTRE O HUMANISMO E O LUCRO

Com esta edição de nossa Revista Ulysses, estamos incentivando o debate sobre dois indicadores do atual estágio de desenvolvimento dos brasileiros: o IDH e o PIB.

O que estamos buscando, em verdade, é provocar uma nova discussão sobre dois temas que embalam e embalam os sonhos e as ações dos cidadãos, há muitos séculos, em todos os quadrantes da terra: O Lucro e os Direitos Humanos. Não registramos que se trata da clássica dicotomia Direita versus Esquerda porque temos que romper com os antigos rótulos para podermos retomar, de forma atualizada e futurista, a discussão da essência: afinal qual é efetivamente o fim da organização política para com a vida em sociedade? Promover o desenvolvimento e a felicidade dos cidadãos ou maximizar a realização dos lucros?

O que estamos presenciando é um imobilismo inexplicável dos políticos e dos partidos políticos – clássicos intermediários entre os interesses da cidadania e a

organização estatal – ante um novo mundo absolutamente diferente e distante de suas propostas e ideologias: o mundo vivido após a década de setenta do século passado; o Mundo da Globalização das Informações; o mundo da Globalização da Economia e o Mundo da Era Digital.

Ao distanciarem-se deste Novo Mundo, os políticos e os partidos políticos estão, progressivamente, perdendo a credibilidade entre os cidadãos e, por conseguinte, carecendo de legitimidade para a representação que é de sua essência. Os políticos e os partidos políticos, cientes ou não da consequência da perda de legitimidade, estão rumando para se constituir em uma comunidade própria e isolada no seio da nação; enquanto isso, a Era Digital propicia e promove a ilimitada interação de posições e ações relativas à regência da vida em sociedade, tendência que tem se tornado o combustível para grandes transformações isentas de lideranças políticas, como foram aquelas resultantes do movimento conhecido por Primavera Árabe.

Urge, portanto, que os cientistas sociais, os cientistas políticos, os cidadãos, os políticos e os partidos políticos passem a formular propostas e a agir para fazer com que ideias e ideologias retornem ao centro de um importante debate: como fazer com que o desenvolvimento alcançado pela Economia se estenda, em idêntica medida, para o desenvolvimento humano. Este é o grande desafio para nós brasileiros. O PIB nacional cresceu bastante – estamos gerando o 6º maior PIB do mundo –, porém a apropriação desta riqueza é muito desigual entre os cidadãos, fazendo com que nosso IDH ainda esteja situado entre o dos países subdesenvolvidos - 84ª posição. Então somos uma nação rica e, concomitantemente, uma nação pobre.

Não pode ser meta dos brasileiros um Estado forte com uma cidadania fraca, como também não nos interessa um Mercado desenvolvido com Direitos Humanos subdesenvolvidos.

Intelectuais de todos os continentes têm buscado formas para conciliar, aproximar e, em alguns casos, até manter os níveis de desenvolvimento da Economia e dos Valores Humanos. Falam também de uma “Nova Era das Sociedades”, nascida no “pós-política” e no “pós-mercado”. Pois é exatamente para construir as bases conceituais desta Nova Era, e especialmente para dimensionar como serão a Política, os Políticos e os Partidos Políticos no Brasil desse novo tempo, que estamos procurando conduzir tal debate.

As relações entre a cidadania e as estruturas de poder não podem prescindir da mediação política, pois o Poder tende, naturalmente, a gerar submissão

incondicional das pessoas a imposições alheias. No caso, a dimensão dos Direitos Humanos e da Cidadania será definida pela formação ou pela falta de formação do eventual detentor do Poder.

Mediar a discussão sobre a relação entre Lucro e Direitos humanos é o nosso propósito. É nesta direção que pretendemos caminhar, e o debate que segue colaborará neste sentido.

Tua companhia e tua participação abreviarão o tempo e encurtarão o caminho para que o almejado encontro aconteça. Daí por que desde já agradecemos.



ELISEU PADILHA

Presidente da Fundação Ulysses Guimarães

AINDA DOIS BRASIS:



ENTRE O REAL E O NOMINAL

EDUARDO MONTEIRO LOPES JR.

Em 26 de janeiro de 2011, vários jornais e veículos da imprensa britânica – entre eles o *Daily Telegraph* e o *The Guardian* – noticiavam a ascensão da economia brasileira à sexta posição do “ranking” mundial. Entre os fatos relatados pela mídia inglesa estava o prognóstico da queda de produtividade da economia britânica e a ascensão dos emergentes, como Índia e Rússia entre os BRICS. Destacavam também a continuação da crise iniciada em 2008, que levou o Reino Unido e demais países europeus a uma recessão prolongada. Segundo a preocupada ótica inglesa, apesar da visão catastrofista dos relatos e das análises, um breve desvio dos olhares superficiais sobre a conjuntura britânica, direcionados agora para uma comparação entre as realidades estruturais das economias brasileira e inglesa seria suficiente não apenas para reduzir, a níveis razoáveis, as preocupações dos “ultrapassados” insulares, mas também para causar calafrios

aos ufânicos do pindorama.

Em primeiro lugar, o crescimento da economia brasileira, fundado em exportações de baixo valor agregado e investimentos externos, não é sustentável no longo prazo. A evolução positiva de nosso Produto Interno Bruto, mesmo em contexto de retração da economia global, baseia-se em aspectos conjunturais, como ocorre com o consumo sustentado pela economia chinesa ou com a expansão dos setores extrativos do sistema econômico global sobre os recursos naturais brasileiros, ainda extensos. Não houve, no período compreendido entre o final do século passado e o início deste, um ganho de produtividade da economia brasileira capaz de sustentar um crescimento prolongado (geracional) e um incremento real da acumulação coletiva de riqueza material. Enquanto o Reino Unido saiu de níveis de desenvolvimento humano da ordem de 0,749 (IDH), nos anos 80, para 0,863 em tempos

atuais, o Brasil alcança, no novo milênio, níveis de desenvolvimento humano (0,718) – similares, portanto, aos dos britânicos na década de 80, embora ainda abaixo dos níveis médios dos países da América do Sul e Caribe (0,731). Na octogésima quarta colocação (84ª) na lista comparativa de IDH da ONU, a única consolação do Brasil em relação ao Reino Unido (vigésimo terceiro) é o fato de os britânicos estarem abaixo do índice médio da União Europeia.

Como ignorar séculos de acumulação material e cultural dos britânicos com base em estatísticas de curto prazo e variáveis de fluxo? Sim, acumulação material e cultural, pois falamos de coisas concretas. No estoque de riqueza de um país estão não apenas os produtos e serviços gerados e reproduzidos no tempo; está também o capital humano gerado (*know-how*), o conhecimento científico desenvolvido, os níveis de exigência e percepção de

**Crescimento econômico não constitui riqueza duradoura.
Apenas a eficiente e justa distribuição dos frutos do
crescimento pode promover a acumulação longa
de riqueza, material ou imaterial.**

qualidade e valor (monetário) dos consumidores, além, é claro, da percepção coletiva e duradoura de justiça distributiva. Nesse aspecto, o Brasil está séculos atrás da Inglaterra. Todo o economês utilizável na comparação entre os dois países apenas descreve um ponto no tempo, um retrato que congela a realidade.

Qual o tamanho, de fato, da economia brasileira? Seremos mais respeitados nos fóruns negociadores de regulamentação do comércio internacional por sermos a sexta economia do mundo? Bem, depende se ser a sexta economia do mundo representa um grande mercado consumidor cobiçado por parceiros comerciais de peso, interessados em abrir seu mercado interno em troca do acesso ao nosso. Do contrário, podemos ser a sexta ou a quinta economia do mundo, continuando a propalar nosso mercado consumidor "potencial" de quase 200 milhões de almas, mas, ainda assim, termos menor peso do que os cerca de 40 milhões ou mais de britânicos que são consumidores efetivamente, não "potenciais" consumidores. Quase 43% da renda agregada, no Brasil, pertence aos 10% mais ricos; e 10% da população brasileira não passam de 20 milhões de almas. Em outras palavras, em matéria de acesso a mercados, ou barganha em

trocas comerciais, mais valem 40 milhões de britânicos (mais ou menos 65% da população inglesa) do que 10 ou 20 milhões de brasileiros (entre 5 a 10%) com poder de paridade de compra para constituir um mercado consumidor capaz de formar uma demanda agregada promotora da abundância material da qual a sétima economia do mundo já desfruta. Quem tem mais robustez econômica? Uma economia com renda per capita (medida em termos de paridade de compra) em torno de US\$ 10.162,00 (Brasil) ou outra com cerca de US\$ 33.296,00 (Reino Unido)? Ou melhor ainda: quem tem mais "tamanho"? Um país com mais ou menos 45 milhões de "semoventes" vivendo abaixo da linha da pobreza, ou outro com apenas 2 milhões?

A riqueza ou nível de abundância de uma economia pode também ser mensurado pelo seu nível de produtividade marginal da mão de obra nacional, média mais acurada do peso da renda sobre o real estoque de riqueza: a razão entre o PIB e a taxa percentual de emprego. Por exemplo: em 2005, a Dinamarca tinha um PIB per capita (equalizado segundo o Poder de Paridade de Compra - PPC) de US\$ 34.740 (A). Dividido por 75,9% das pessoas no mercado de trabalho, cada trabalhador produz uma média de US\$ 46.381 dólares

(B). Se agora considerarmos a Bélgica, que tem uma taxa de emprego muito menor, obtemos: $31.244 (A) / 61,1 \times 100 = \text{US\$ } 51.135 (B)$. Isto significa que a produtividade por trabalhador é maior na Bélgica do que na Dinamarca, apesar do PIB per capita superior da Dinamarca. Ora, segundo a Teoria da Produtividade Marginal da distribuição de renda, esta deve ser distribuída de acordo com a contribuição para o produto social. De acordo com os exemplos apresentados acima podemos concluir que: a) nem sempre ter o maior PIB significa ter a maior produtividade e b) ter a maior produtividade não garante uma distribuição justa da riqueza produzida (o trabalhador dinamarquês tem menor produtividade, mas fica com uma parcela relativa maior do produto social quando comparado com o trabalhador belga).

A produtividade marginal do trabalhador brasileiro é três vezes menor que a do trabalhador britânico e a sua renda *per capita* é também três vezes menor. Tal proporcionalidade seria justa se a "injustiça distributiva" nos dois países mantivesse a mesma proporcionalidade percentual. No entanto, além do alto nível de concentração de renda existente no Brasil, o trabalhador brasileiro fica com uma parcela proporcionalmente muito menor do produto social

se comparado com o proletário britânico. Obviamente, o modelo ideal clássico, como todos os modelos econômicos, não sobrevive às provações da realidade.

Seja em virtude da distribuição desigual dos recursos produtivos – entre eles o direito de propriedade –, seja por causa das imperfeições do mercado, a distribuição da riqueza produtiva nunca foi equilibrada com o nível real de produtividade dos atores econômicos.

Mesmo assim, seria razoável indagar por que em certos lugares a distribuição da riqueza é mais ou menos injusta que em outros. Se levarmos em conta a variação percentual entre a Produtividade Marginal e o PIB *per capita*, podemos ter uma ideia da quantidade de renda agregada que não é distribuída segundo a teoria clássica da distribuição de renda,

conforme a produtividade marginal, demonstrando o peso relativo da iniquidade distributiva sobre a renda socialmente produzida. Nos exemplos apresentados, apesar da menor produtividade, o trabalhador dinamarquês é destituído de uma parcela menor da renda que realmente ajudou a produzir – pouco menos do que 34% do fruto de sua produtividade marginal –, enquanto o trabalhador belga tem quase 64% da renda que produz expropriados. A distribuição da renda em relação a produtividade é mais injusta na Bélgica do que na Dinamarca. Comparamos, portanto, níveis de injustiça distributiva.

No entanto, da renda produzida no Brasil (PIB/capta), pouco mais de 53% da renda realmente produzida por trabalhador são expropriados, enquanto que no Reino Unido, 42% da renda são subtraídos da riqueza relativa à produtividade marginal do trabalhador. Se o trabalhador britânico é expropriado em uma parcela proporcionalmente menor de sua renda produtiva, então, mesmo considerada a proporcional produtividade comparada e o poder de paridade de compra entre trabalhadores ingleses e brasileiros, o trabalhador britânico é mais rico, “menos”

injustiçado (ou “mais” respeitado) do que o seu correlato tupiniquim.

Apesar de nosso PIB ter crescido muito, nossa força econômica, em termos de renda agregada, continua três vezes menor do que a inglesa (em termos absolutos) e 11,59% menor em termos relativos (renda relativa a produtividade expropriada). Igualmente, segundo dados das Nações Unidas, a perda na renda em virtude da iniquidade (diferença entre duas médias de renda, uma que leva em conta a desigualdade e outra que não leva) no Brasil equivale a 40,7%, enquanto no Reino Unido, tal perda corresponde a pouco mais de 17%. Na comparação entre o pindorama e a ilha celta gélida, mantemos a conclusão: tamanho de PIB não é documento de civilização ou de riqueza material duradoura.

Nossa ideia de “desenvolvimento” e de bonança econômica continua contaminada pelas limitações dos métodos corriqueiramente utilizados para definir o “tamanho” de uma economia, os quais focalizam a ótica da despesa, i.e., o PIB a preços de mercado. Quanto menor, portanto, o peso da inflação,

maior o produto dessa medida.

A redução da inflação no Brasil não nos tornou mais ricos, mas reduziu a diferença entre nosso PIB nominal e nosso PIB real. Ou seja, nossa economia se tornou maior do que a inglesa se considerarmos “tamanho” o peso do índice deflator comparado das duas economias.

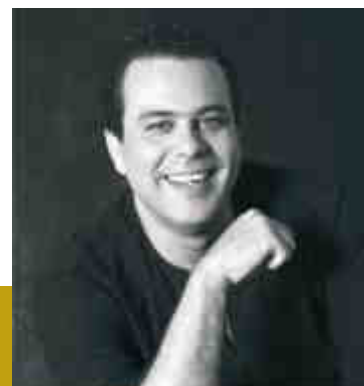
A redução geral dos preços relativos não nos pode ter tornado realmente mais ricos do que somos. Uma mensuração mais realista deveria considerar a ótica da renda, ou seja, o PIB (CF): o PIB a custo de fatores. A contabilidade do produto pela ótica da renda exclui os impostos indiretos – que constituem peso morto cumulativo diante da cadeia produtiva e da prosperidade coletiva (os excedentes do consumidor e do produtor). Os custos dos fatores (alugueres, juros, lucros, salários), que compõem seu cálculo, representam a renda agregada

que mantém a roda da economia girando, tal qual uma correia de transmissão. Subvenções, subsídios e transferências unilaterais, também computados na ótica da renda, se bem utilizados, podem corrigir as injustiças distributivas e as externalidades negativas do mercado, embora saibamos que, em nossa cultura, esses mecanismos muito fazem para aumentar as distorções prejudiciais à economia coletiva. Ademais, a aproximação entre PIB real e nominal, pela queda da inflação, obrigou-nos a ver a realidade nua e crua: com o hiato do produto sendo reduzido pelo corte de “zeros” da inflação, deparamo-nos com a baixa produtividade do trabalhador e do capital, com a baixa taxa de formação do capital fixo e, conseqüentemente, com a reduzida capacidade de expansão produtiva, o que, por sua vez pressiona os índices de inflação, já que a oferta por pouco não consegue satisfazer a demanda em crescimento.

Parece que nossas classes mais abastadas não entenderam ainda que distribuir renda (não falemos aqui de outros recursos de acesso à acumulação material como educação, saúde e cultura) significa enriquecer a econo-

mia coletiva a elas mesmas, pois aumentar a prosperidade geral (em termos de renda agregada) impulsiona a produtividade, a diversidade e os lucros advindos das atividades econômicas, além de aumentar a força política dos argumentos pró-mercado e pró-internacionalização da economia. *Apesar de todas as evidências facilmente vistas pela ótica da renda, nossas elites preferem manter a perspectiva “nominalista”, a visão dos preços de mercado, que relegam a catástrofe da iniquidade distributiva a questões sociais e a políticas assistencialistas não sustentáveis no longo prazo.* O bolo deve crescer e, enquanto cresce, sua repartição deve ser planejada, i.e., devem ser instituídos limites à concentração da renda e às disparidades econômicas. Sem isso, seremos potencialmente ricos, mas, de fato, continuaremos pobres.

Depois de tudo, ainda dois Brasis. Qual deles queremos ser?



Se você quiser trocar ideias, enviar críticas ou sugestões ao autor, escreva para: eduardo.ml.pol@gmail.com



Entrevista

DELFIM NETTO

***“Nós somos seguramente
um país desigual. (...)***

***Quer dizer, nós somos a
sexta economia do mundo,
mas também uma das
mais pobres do mundo”.***

Em entrevista a Revista Ulysses, o mentor da política econômica brasileira durante os governos militares Costa e Silva, Médici e Figueiredo, fala sobre os rumos da economia contemporânea.

Como o senhor entende a contradição entre o desenvolvimento humano e econômico?

Delfim Netto - Na verdade, não há contradição nenhuma. Nós somos ou provavelmente seremos a sexta economia do mundo em valor total da produção, isto é, em valor adicionado produzido pelos brasileiros: o produto interno bruto. Só que, somos 200 milhões de brasileiros! Por isso eu digo que não há nenhuma contradição em nossa renda per capita ser baixa. Nossos indicadores sociais são proporcionais não ao PIB bruto, mas ao PIB per capita no qual nós somos o septuagésimo e tanto. Então, para medir o IDH, o fator importante é o próprio PIB per capita, é a educação, é a saúde e a desigualdade. Nós somos seguramente um país desigual que está avançando lentamente na saúde e na educação –na minha opinião um pouco mais rápido do que as pessoas pensam. No Brasil, hoje, a classe emergente, que se identifica como classe média, sabe que a única forma de subir na vida é aprender, é estudar. E ela coloca isso como prioridade para ela e para seus filhos, mesmo que isso custe um enorme sacrifício. O Brasil está num processo de melhoria da sua posição social, econômica. Porém, muito pouco disso tem a ver com o PIB. Isso tudo está ligado ao PIB per capita. Quer dizer, nós somos a sexta economia do mundo, mas também uma das mais pobres do mundo.

Mas o senhor não acha, então, que há uma contradição, quando nos aponta este quadro?

Delfim Netto - Não. Não há contradição nenhuma. Se você pegar a China, com 8 trilhões de renda per capita, comum trilhão e meio de habitantes, ela está abaixo do Brasil. Se olharmos para Índia, a diferença é muito mais significativa ainda. Quer dizer, não há contradição nenhuma entre você ser a quarta, quinta, sexta economia do mundo e ter um nível per capita de septuagésimo. O significado é que a produtividade de cada um de nós é na verdade muito menor. Agora, usemos a Alemanha como exemplo. Lá há um PIB per capita menor do que o do Brasil, porém com uma renda per capita quatro vezes maior do que a do Brasil. Então é natural que a Alemanha tenha indicadores sociais superiores aos do Brasil.

O senhor não acha que deveria haver um investimento maciço por parte do governo para que a produção aumentasse? Ou mesmo um investimento maior em educação?

Delfim Netto - O governo está fazendo um esforço, e não vai superar isso instantaneamente, mas já recuperou o espírito do crescimento. O governo Fernando Henrique começou esse processo, melhorando as instituições. Todavia, foram produções do governo Lula o início dessa recuperação, o espírito animal do empresariado brasileiro e a identificação dessa tal classe média nascente. É por isso que eu digo que desenvolvimento é muito mais um estado de espírito. Você cresce se você acha que pode crescer. E se você acha que deve crescer.

Nos últimos anos em um contexto de crescimento econômico, baixa inflação e política de redistribuição de renda seria correto afirmar que o bolo deve ser distribuído enquanto cresce?

Delfim Netto - Isso só pode acontecer no regime de economia fechada. Não pode acontecer em economia aberta como a do Brasil. Ainda que no regime autoritário. Por quê? Porque o que crescia era o consumo. Não foi à toa que o Brasil veio de baixo e, durante 32 anos, cresceu 7,5% ao ano. Crescimento igual ao chinês, que se perdeu depois. É impossível fazer um crescimento simplesmente não fazendo nenhuma distribuição, ou, até, agravando a distribuição. No caso chinês, hoje ocorre o contrário: o crescimento está acelerando e a distribuição, piorando. Nos Estados Unidos, a coisa ainda é pior. O crescimento tem-se tornado limitado, agravando a distribuição. O que eu posso dizer é que é impossível crescer sem distribuir. A não ser que seja num regime como o soviético em que, na verdade, você determina quanto vai produzir de manteiga e quanto vai produzir de canhão.

O senhor não acha que o governo pensando nessa questão não deveria mudar um pouquinho essa curva econômica. Temos lido bastante sobre isso de que ele deveria investir mais e produzir menos consumo?

Delfim Netto - Existe uma contradição, que é uma restrição de recursos. Se você preferir crescer mais hoje, tem de transferir consumo para o futuro. Se você quiser consumir mais hoje, transfere o crescimento para o futuro. Então, o Brasil escolheu o modelo de crescimento que está na Constituição de 1988, o qual as pessoas criticam e não entendem. A Constituição de 88 constitui-se de três vetores fundamentais. Primeiro, ela quer que nós construamos uma República, o que significa que todos, inclusive o governo, têm de obedecer a mesma lei. Por isso, penso que a coisa mais importante no Brasil são as mudanças institucionais que têm sido realizadas, em especial a independência do Supremo Tribunal Federal. O Brasil é o único país emergente com um Supremo Federal que não obedece às vozes da rua, que procura fazer justiça. Por quê? Porque a voz da rua sempre quer vingança. A voz da rua não quer nunca a justiça. Tal independência é uma vantagem do Brasil, quando você o compara com outros países. A garantia da propriedade privada, a garantia dos direitos individuais. O segundo vetor é o do processo republicano que está se afirmando a cada momento, pois esta é uma democracia. O que significa isso? Partidos e eleições no período certo, com renovação. Se o sujeito se comportar mal, vai embora. A Constituição já mostrou que funciona nos dois sentidos. O Brasil é um país, hoje, com 200 milhões de habitantes em que se apuram os votos antes da meia-noite. E sem fraude. Vamos olhar para a Rússia para o Irã, ou até mesmo para os EUA e veremos diferença. O terceiro vetor é o que caracteriza o Brasil como uma sociedade razoavelmente justa, em que há direitos. A igualdade de cada brasileiro tem de ser na partida. O que eu quero dizer com isso: não importa se você nasceu do lado riquíssimo ou se você nasceu por acaso num sábado à noite debaixo de um poste no Ipiranga.

Uma vez nascido, você tem direito à construção de um aparato de apreensão do mundo equivalente que é mesmo para todos. Por quê? Porque a sociedade onde vivemos é uma corrida. Então a justiça, na corrida, se faz na partida, não na chegada. Eu não vou chegar aonde cheguei por conta do meu DNA e por conta da minha sorte. Mas quando se chega só por conta do DNA e por conta da sorte, não há justiça. Essa igualdade de oportunidades está implícita na Constituição.

E o que isso significa?

Delfim Netto - Significa que o Brasil é um país que dá ênfase para o crescimento econômico, mas também dá a mesma importância para igualdade de oportunidades. É por isso que tem uma carga tributária maior do que a dos outros. E é por isso também que nós não podemos crescer 8% ao ano, a não ser que aumentássemos drasticamente a produtividade. Hoje, o Brasil está preocupado com duas coisas: aumentar o bem estar da população e e reduzir as desigualdades. No mundo inteiro nós estamos assistindo ao aumento das desigualdades. No Brasil, as políticas sociais estão melhor focadas, havendo mais atenção aos menos favorecidos. O que nós precisamos entender é que isso tem limite. Se eu quiser só distribuir, não vou crescer. Vou regredir. Se eu quiser só crescer, não vou me civilizar.

O senhor concorda que o Brasil poderia deixar, então, de ser apenas um exportador de commodities e se tornar uma nação exportadora de conhecimento?

Delfim Netto - Nós estamos sendo vítimas de um processo e é ótimo o que está acontecendo. A exportação de commodities não é um mal, não; é um bem em si. Permitiu que o Brasil se livrasse de uma praga que era a dependência externa. O Brasil é um país credor, mas tem uma reserva de U\$ 350 bilhões. Você pode discutir a qualidade disso ou daquilo, mas o Brasil se libertou de alguns entraves que o prendiam. Enfim, o que o Brasil quer? , Dar emprego de boa qualidade para 150 milhões de sujeitos em 2030. E não vai fazer isso com exportação agrícola e mineral. Quando ouço dizer que a Austrália faz isso, respondo que ela é a metade de São Paulo. Ou então comparam o Brasil com a Nova Zelândia, mas ela é menor que São Bernardo. Que dizer, o Brasil tem outra dimensão. É por isso que a taxa de câmbio está produzindo um mal tão grande. Está desestruturando um setor extremamente sofisticado: a indústria brasileira. Nos anos 70, o Banco Mundial mostrava que a sofisticação da indústria brasileira era muito superior àquela que correspondia a um país com nossa renda per capita. Hoje, nós estamos destruindo isso em nome de uma teoria que não existe. Quer dizer, em nome do que o mercado é capaz de produzir por si mesmo. Isso é falso. Não se pode pular da teoria econômica para a realidade. Não se pode extrair dela recomendações práticas, sem tomar cuidado. Nós fomos vítimas de um pensamento único que produziu esse desequilíbrio que aí está. É isso que tem de ser corrigido.

Que mecanismos seriam necessários, além da carga tributária? Hoje o Brasil tem uma das cargas tributárias maiores do mundo.

Delfim Netto - É por causa dos objetivos da sociedade brasileira. A sociedade brasileira é uma das mais ambiciosas do mundo. A Constituição brasileira é a única no mundo que diz que saúde e educação são direitos universais e gratuitos. Por quê? Porque foi a educação que transformou o macaco em homem. É a saúde que permite ao homem gozar sua humanidade. Mas não temos nenhuma das duas. Pode-se criticar o governo porque ele é ineficiente e gasta mal, já que há desperdícios gigantescos. Ele poderia, sim, atender a tudo se agisse melhor, se tivesse uma administração melhor. Mas não vamos ter ilusão. Com os objetivos civilizatórios da Constituição brasileira, o Brasil terá sempre uma carga tributária superior, como a de um país com melhor renda per capita, ainda que nosso país seja efficientíssimo. Isso ocorre porque nossa Constituição é mais ambiciosa. Então, nós temos que exigir que o governo seja mais competente, mais eficiente. Nós devemos exigir que o governo cumpra aquilo que foi dito no dia da sua instalação: fazer um pouco mais com um pouco menos. Precisamos entender realmente que os nossos objetivos são maiores porque o Brasil escolheu esse caminho. A Constituição é malfadada, apresenta exageros, desrespeita um pouco os números, porém ela tem objetivos absolutamente saudáveis e que devem ser cumpridos. Essa foi a decisão em 88.

Fugindo um pouco da economia, a educação hoje no país, como está?

Delfim Netto - A educação está indo, na verdade, muito mais rápido do que as pessoas pensam. Há uma revolução no sentido de que a classe média se identifica com a ideia "do subir na vida se souber um pouco mais". E para fazer o filho "subir na vida" é preciso que ele saiba um pouco mais. Esta é uma mudança radical. Não há uma fábrica nem uma indústria. Então, a educação é fundamental não por causa da economia, ela é fundamental porque a educação é que transforma o homem em homem. Como eu lhe disse, foi ela que transformou o macaco em homem. Conhecimento é que dá humanidade para o homem.



Delfim Netto, é economista, formado pela USP e professor de Economia. Foi ministro de Estado e deputado federal. Nasceu em 1º de maio de 1928 em Cambuci, bairro industrial e de classe média de São Paulo.



Chico Anysio

"O brasileiro só tem três problemas: café, almoço e jantar".

Anísio Teixeira

"Só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no país a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a da escola pública".

Carlos Drummond de Andrade

"O cofre do banco contém apenas dinheiro. Frustar-se-á quem pensar que nele encontrará riqueza".

John Lennon

"Eu quero dinheiro apenas para ser rico".

Immanuel Kant

"O homem não é nada além daquilo que a educação faz dele".

Derek Bok

"Se você acha que educação é cara, experimente a ignorância".

Confúcio

"O Homem joga sua saúde fora para conseguir dinheiro, depois, depois usa o dinheiro para reconquistá-la novamente".

Jean-Paul Sartre

"Quando os ricos fazem a guerra, são sempre os pobres que morrem".

Millôr Fernandes

"Se todos os homens recebessem exatamente o que merecem, ia sobrar muito dinheiro no mundo".

Victor Hugo

"Quem abre uma escola fecha uma prisão".

BRASIL NA ECONOMIA GLOBAL:

O PAPEL DA COOPERAÇÃO SUL-SUL E DAS POTÊNCIAS EMERGENTES

PAULO FAGUNDES VISENTINI

Desde os primeiros anos do século XXI, o governo do Brasil passou a buscar alianças fora do hemisfério, como forma de ampliar seu poder de influência e sua inserção econômica internacional. Apesar dos inegáveis resultados políticos e econômicos obtidos, forjou-se um discurso de que estaríamos retrocedendo, exportando cada vez mais commodities e menos produtos de maior valor agregado. E a culpa disso seria termos nos afastado dos mercados tradicionais da OCDE (Norte industrial, Europa e EUA) e enfatizado não só os novos mercados do Sul (América do Sul, África e Oriente Médio) mas também as potências emergentes, como China e Índia. Esta é uma forma equivocada de abordar a questão.

O governo anterior e o atual

começaram a negociar mais firmemente, visando a defender os interesses econômicos brasileiros. Como *global trader*, o país deseja manter suas relações com as várias áreas do mundo, priorizando o Mercosul e a integração sul-americana. O país hoje integra novos produtos e tecnologias em sua inserção global, como o etanol (biocombustível), medicamentos (especialmente para a AIDS), audiovisual, telecomunicações, aeronáutica e serviços, além de diferenciar setores que devem voltar-se para o mercado local/regional e o mundial. O acesso aos mercados da OCDE continuou crescendo (embora em ritmo lento) e, atualmente, como todos os outros exportadores, sofremos os efeitos da crise de 2008, que colocou o Norte em inédita reces-

são. Tivéssemos permanecido priorizando tais mercados, como na década de 1990, hoje estaríamos sofrendo as consequências.

A prioridade foi a reconstrução do Mercosul e a integração sul-americana, criando um espaço para construir um bloco econômico sólido, sob liderança brasileira. Para esta região, nossas exportações são, especialmente, de artigos industriais. Além disso, a construção de infraestrutura e exploração de gás e petróleo representam outro campo de forte atuação brasileira, para não falar nos investimentos e ativos. Somos, inclusive, acusados injustamente de "imperialistas" e de causar desindustrialização, exatamente do que muitos brasileiros acusam a China.

Outra iniciativa a ser destacada foi a Cooperação Sul-Sul, voltada aos países em desenvolvimento, especialmente os do Oriente Médio e da África. A África conhece forte crescimento econômico, a partir dos investimentos e do comércio da China, da Índia e do Brasil, tendo havido notável incremento das exportações para esta região. A realização das cúpulas América do Sul-África (ASA) e América do Sul-Países Árabes (ASPA) abriram caminho para o incremento das exportações do Brasil. Produtos industriais e serviços, especialmente a construção de infraestrutura, mineração e exploração de gás e petróleo, representam áreas de destacado avanço. Todavia, dada a escassez de terra e excedente de população em rápido crescimento no Oriente Médio, bem como a fragilidade da agricultura africana, houve espaço para um forte incremento de exportação de alimentos, o que é muito positivo para a economia brasileira, que possui notáveis vantagens comparativas neste campo.

Algo semelhante também ocorre com a China, com a Índia e outras regiões de acelerado desenvolvimento industrial da Ásia. Além da exportação de alimentos para uma população gigantesca, com crescente capacidade de consumo e escassez de terras aráveis, a industrialização acelerada e massiva demanda dessas nações matérias-primas e energia. Trata-se de uma grande oportunidade para o Brasil. Por outro

lado, numa série de áreas industriais e tecnológicas onde somos competitivos, as exportações brasileiras encontraram um nicho de oportunidade. Isto permitiu à economia brasileira manter uma taxa maior de crescimento e uma menor dependência em relação aos mercados norte-americano e europeu, que, aliás, entraram em recessão em 2008.

Então, onde está o problema? Em primeiro lugar, o aumento da renda de amplos setores sociais no Brasil gerou um consumismo desenfreado, que aumentou as importações oriundas das potências emergentes asiáticas. Em segundo lugar, com a recessão na Europa, Japão e Estados Unidos, parte do esforço exportador dos asiáticos se voltou aos demais países em desenvolvimento, especialmente os bem-sucedidos, como o Brasil. Essa tendência foi acompanhada por uma maior concorrência com o Brasil em terceiros mercados, como os da África, da América do Sul, do Oriente Médio e da Ásia Meridional. Em terceiro lugar, a exportação de commodities permite ao Brasil obter divisas, mas elas não deveriam ser gastas em importações de consumo supérfluo.

Qual a solução? Como todas as demais nações, o Brasil deveria adotar medidas defensivas mais firmes, porque não estamos mais numa conjuntura favorável e a crise mundial é séria. Por outro lado, as divisas geradas pelas exportações de commodities deveriam ser in-

vestidas em programas de modernização industrial e tecnológica de forma impositiva e não apenas como estímulo aos empresários. O Estado deve agir com mais energia na coordenação e imposição de políticas, senão ficaremos para trás. E de nada adianta colocar a culpa nos outros, que agem com mais energia frente à crise. Nos anos 1930, quando Vargas chegou ao poder, procurou manter a exportação de café, mas não para expandir o próprio setor, e sim para usar os recursos obtidos na diversificação da produção e na industrialização.

O Brasil está se tornando uma potência política e econômica, mas continuamos acreditando que Deus é brasileiro e que tudo pode ser adaptado (em lugar de mudado), deixando as grandes decisões para amanhã.



Professor Titular de Relações Internacionais da UFRGS
Pesquisador do CNPq, do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais - NERINT
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais
paulovi@ufrgs.br

O BRASIL E OS ESTADOS UNIDOS:

DIÁLOGOS ECONÔMICO-ESTRATÉGICOS

CRISTINA SOREANU PECEQUILO

Na última década, as relações Brasil-Estados Unidos (EUA) observaram significativo adensamento devido a mudanças em sua posição relativa no equilíbrio de poder global. Enquanto o Brasil passou a figurar entre as nações emergentes, ao lado de China, Índia, Rússia e África do Sul (os BRICS), apresentando crescimento econômico, os EUA ingressaram em uma fase de refluxo de poder, em particular a partir da crise econômica de 2008. Hipóteses de um declínio norte-americano, o recuo da Europa e a ascensão do Terceiro Mundo tornam-se presentes. Neste contexto, o país passa a ser considerado um vetor no

pensamento estratégico dos EUA, em nível bi e multilateral.

O começo da reavaliação encontra-se, no Brasil, entre 1999-2004, correspondente às Presidências de Fernando Henrique Cardoso (1995/2002) e de Luis Inácio Lula da Silva (2003/2010) e, nos EUA, do democrata Bill Clinton (1993/2000) e do republicano George W. Bush (2001/2008). O processo se inicia com Cardoso e a retórica da globalização mais justa e o lançamento, em 2000, do projeto de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) na Cúpula de Brasília. A IIRSA, sustentada em eixos de desenvolvi-

mento e em setores como transportes, energia e telecomunicações, recuperava a liderança no espaço sul-americano, em um momento de crise econômica. Esta ação foi acompanhada pela ascensão das esquerdas, primeiro com o Presidente Hugo Chávez na Venezuela, e o afastamento dos EUA da América Latina.

Depois da ofensiva da integração regional e da agenda da boa governança na década anterior, os norte-americanos abandonaram o foco hemisférico, concentrando suas ações na Europa e na Ásia. A situação se acentuou em 2001, com a chegada de

Bush à Casa Branca e com os atentados terroristas de 11 de Setembro. Projetos de constituição de uma zona de livre comércio hemisférica, como a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) esvaziaram-se. Temas de segurança como a Iniciativa Andina de Combate às Drogas (Plano Colômbia, criado por Clinton 2000) e a definição da Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai como ameaça ganharam terreno. Deu-se, então, início à Guerra Global contra o Terrorismo (GWT) e aos conflitos do Afeganistão (2001) e Iraque (2003). O unilateralismo e a Doutrina da Prevenção caracterizam esta postura que provocou o isolamento da hegemonia, os desequilíbrios econômicos e a superextensão imperial. Por sua vez, os emergentes ampliaram sua autonomia política, dinamismo social e crescimento econômico, buscando alternativas diplomáticas para o eixo Norte-Sul. Essas dinâmicas acentuaram a desconcentração do poder mundial

No Brasil, a reorientação estratégica se consolida no governo Lula, priorizando as relações Sul-Sul com a região, as nações emergentes e os Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDR). Este eixo é prioritário, com a implementação de uma pauta social (Fome Zero, acesso a medica-

mentos genéricos para a população de baixa renda, tratamento e prevenção do HIV/AIDS e Bolsa Família), a diversificação da agenda econômico-política e a atuação multilateral. Isso permitiu a diminuição da vulnerabilidade e o aumento de projeção na América do Sul.

O projeto da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA, 2004), hoje União Sul-Americana de Nações (2007) elevou a presença brasileira em seu espaço geográfico, que se consolidou como base de contatos extracontinentais como as Cúpulas América do Sul-Países Árabes e América do Sul-África. Outro avanço foi o estabelecimento do Conselho de Defesa Sul Americano da UNASUL (CDS, 2008). No ano de 2010, também foram encaminhadas as discussões para a criação da Comunidade de Estados Latino Americanos e Caribenhos (CELAC). Deve-se lembrar que nestes arranjos, os EUA não são membros, assim como em outras coalizões entre os emergentes e PMDRs.

Estas iniciativas conferem ao país papel de estabilizador e condutor do desenvolvimento na região (principalmente por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) e incrementam papel similar em continentes como a África, com projetos

sociais e cooperação técnica nas áreas de educação e saúde. Na ausência de elementos militares de poder, os recursos nacionais são "brandos". Para os EUA, embora isto possa ser um risco é também uma garantia contra projetos que poderiam ser mais prejudiciais a seus interesses como a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA) de Chávez e o avanço de poderes externos, previsto pela China. É preciso mencionar que desde 2004 o Brasil chefia a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti, o que diminui os ônus para os norteamericanos.

Na cooperação Sul-Sul ganham espaço as alianças de geometria variável como o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), os BRICS e o G20 comercial. Enquanto o IBAS e os BRICS detêm objetivos políticos abrangentes, o G20 foi criado para as negociações comerciais da Organização Mundial do Comércio (OMC) na Cúpula Ministerial de Cancun em 2003, parte integrante das conversações da Rodada do Desenvolvimento de Doha (RDD) iniciada em 2001. Liderada pelo Brasil, a aliança barrou concessões dos países em desenvolvimento aos desenvolvidos no setor de serviços (Agenda de Cingapura) e outros, demandando recípro-

cidade em setores como o agrícola. Na ausência de negociações equilibradas, a RDD está em compasso de espera.

Desde 1995, o Brasil recorre à OMC em inúmeros contenciosos contra os EUA, uma vez que vários produtos de exportação encontram barreiras no acesso a este mercado. Na quase totalidade, os ganhos de causa são brasileiros. As barreiras variam desde medidas fitossanitárias até ações unilaterais de subsídio e protecionismo. Dentre os setores mais afetados encontram-se etanol, gasolina, setor automotivo, produtos siderúrgicos, suco de laranja e algodão.

Em disputas como as do algodão, os norte-americanos não respeitaram as decisões da OMC. Mesmo com a vitória

definitiva do Brasil, a situação permanece em aberto, uma vez que os EUA não cumpriram recente acordo para impedir retaliações. Em Janeiro de 2012, novo entrave no setor de suco de laranja, com a proibição da entrada do suco brasileiro (e também mexicano e canadense) nos EUA devido à presença de um fungicida proibido no produto, segundo a Federal Drug Administration (FDA). Estas disputas, as tentativas de revogar o Sistema Geral de Preferências (SGP), a expansão da cooperação Sul-Sul, levaram a modificações no perfil comercial do país.

A alteração pode ser percebida pelos dados do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio. Observa-se o aumento do fluxo comercial entre o Brasil e os Países em Desenvolvimen-

to, grupo nos quais se inclui o MERCOSUL, os BRICS e os continentes africano, asiático e americano (excluídos os blocos), e a diminuição do fluxo com os Países Desenvolvidos (EUA e Europa Ocidental), com os quais existem déficits.

Os EUA deixaram, portanto, de ser o principal parceiro comercial individual, substituídos pela China, ainda que a pauta seja similar: exportação de produtos básicos e importação de bens industrializados e semi-industrializados. Revelam-se diferenças nos termos do intercâmbio, que afetam a indústria e o agronegócio, e desequilíbrios na balança comercial com impactos sobre setores estratégicos da economia nacional.

Intercâmbio Comercial Brasileiro- US\$ Free on Board (FOB) Países Desenvolvidos/Países em Desenvolvimento

EXPORTAÇÃO				
Destino/Ano	1989	2007	2009	2011
Países Desenvolvidos	24.833.754.798	79.257.185.529	63.705.209.924	105.718.842.292
Países em Desenvolvimento	9.241.497.985	78.544.156.122	86.675.598.383	145.507.080.311

IMPORTAÇÃO				
Destino/Ano	1989	2007	2009	2011
Países Desenvolvidos	10.585.045.615	62.545.931.052	67.724.199.752	111.843.453.726
Países em Desenvolvimento	7.678.095.922	57.993.976.914	59.793.062.532	113.657.354.323

Tabela elaborada a partir de dados do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=3385&refr=576>. Acesso em 23/02/2012. Os anos de 1989, 2007, 2009 e 2011 referem-se ao fim da Guerra Fria, o pré e pós- crise de 2008 e os números recentes.

Intercâmbio Comercial Brasileiro- US\$ FOB EUA/China- Parceria Individual

EXPORTAÇÃO				
Destino/Ano	1989	2007	2009	2011
EUA	8.231.202.141	25.065.048.412	15.601.628.031	25.804.628.156
China	628.341.233	10.748.813.792	21.033.886.286	44.314.595.336
IMPORTAÇÃO				
Destino/Ano	1989	2007	2009	2011
EUA	3.728.968.465	18.723.280.625	20.032.145.355	33.964.082.039
China	128.002.490	12.621.273.347	15.911.133.748	32.788.236.714

Tabela elaborada a partir de dados do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=3385&ref=576>. Acesso em 23/02/2012

Outro diferencial de poder são as reservas do pré-sal, cujos recursos podem tornar o país um dos principais fornecedores globais de petróleo. Ao lado do etanol, produzido a partir da cana de açúcar, o pré-sal representa a concretização do Brasil como potência energética. Para os EUA, que têm no setor uma de suas mais conhecidas vulnerabilidades, a diversificação de fornecedores de petróleo é de extrema relevância.

Em 2005, em resposta a estas movimentações, estabeleceu-se o "Diálogo Estratégico" Brasil-EUA, como parte das iniciativas norte-americanas de recuperar o espaço perdido pelo unilateralismo, a definição do "Diálogo" refere-se ao reconhecimento do país

como parceiro e potência global e regional. A posição foi reafirmada pelo presidente democrata Barack Obama (2009/2012) ao estabelecer o país como uma das "novas esferas de poder mundial". Em 2011, um dos mais importantes think tanks norte-americanos, o Council on Foreign Relations, que realiza estudos na área internacional publicou o relatório Global Brazil and US-Brazil Bilateral Relations, sobre os potenciais brasileiros e o intercâmbio. Sendo assim houve uma real alteração da percepção político-econômica sobre o Brasil, que não implica concessões ou a eliminação de divergências.

A situação fica clara a partir do exame do período 2005 a 2011. No que se refere à OMC, foram preservadas as linhas de

fratura. O mercado norte-americano permaneceu fechado aos produtos brasileiros, afetando, inclusive, uma de suas dimensões mais estratégicas: a energética. Em 2007, o Presidente Lula e o Presidente Bush assinaram o Memorando de Entendimento sobre o Etanol, para aprofundar a cooperação tecnológica no setor, incrementar as trocas comerciais, criar um mercado de etanol global e investir em perspectivas de cooperação trilateral em outros continentes. O Memorando esbarrou nas barreiras ao etanol brasileiro, incluindo a dupla taxação. Mesmo com a chance de eliminação da tarifa anunciada em 2011, após decisão do Senado norte-americano, a questão permanece em aberto. Adicionalmente, os EUA optaram por concentrar

sua atenção no pré-sal, uma vez que sua matriz energética é baseada no petróleo.

Zonas de oportunidade adicionais são os eventos esportivos a serem sediados pelo Brasil: a Copa do Mundo 2014 e as Olimpíadas 2016. Também em andamento, a negociação para a compra de aviões para a Força Aérea Brasileira, na qual os EUA concorrem com França e Suécia.

No setor econômico, a crise de 2008 afetou o poder dos EUA. A atuação brasileira no G20 financeiro foi recebida como relevante, assim como a dos demais emergentes: os BRICS tiveram, e ainda têm atuação destacada no processo, inclusive com mais contribuições financeiras a instituições multilaterais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, sem contrapartida de aumento de influência política. A não-reforma destas estruturas levou à concretização da Cúpula dos BRICS a partir de 2009, visando à institucionalização da aliança. A ausência de ajustes estende-se a organismos políticos como as Nações Unidas em seu Conselho de Segurança. Dentre os emergentes, a China e a Rússia são os representantes no Conselho, com Brasil e Índia pleiteando o

assento permanente. Porém, até fevereiro de 2012, os EUA, somente declararam apoio formal à Índia e ao Japão, demonstrando “apreço” pela candidatura brasileira (“dividir para conquistar”).

Além dos pontos de estrangulamento econômicos, houve a permanência do Plano Colômbia, a percepção de ameaça da Tríplice Fronteira e a reativação da Quarta Frota do Atlântico Sul, região tradicionalmente desmilitarizada na qual foram encontradas as reservas do pré-sal e na qual cresce a presença geopolítica chinesa e indiana. Em 2009/2010, existiram desacordos: o programa nuclear do Irã e a crise em Honduras. Em 2010, os países firmaram um acordo militar. O presidente Obama visitou o país em 2011. Em Abril de 2012, a Presidente Dilma Rousseff visita aos EUA.

O ano de 2012 é de campanha presidencial nos EUA e Obama disputará a reeleição, o que indica uma atenção crescente a temas de política doméstica. Excluída a retórica de campanha, independente do resultado das eleições, a tendência é de continuidade nos diálogos econômico-estratégicos. A agenda republicana e democrata não apresenta diferenças significativas nos pontos mais sensíveis do

interesse nacional: negociações comerciais, reforma dos organismos multilaterais e engajamento político. A permanência da crise torna baixa a probabilidade de diminuição de protecionismos ou subsídios, de lançamento de um projeto similar à ALCA ou de reavaliação de políticas na luta contra as drogas, imigração ou meio ambiente.

Para o Brasil, é essencial compreender esta dinâmica e sustentar a estabilidade econômica, política e social, mantendo abertas suas alternativas. Embora a cooperação Sul-Sul também traga elementos de competição, ela é essencial para elevar o poder brasileiro na região e no mundo, assim como nas instituições multilaterais. Se o país consolidou-se como estrategicamente relevante foi porque demonstrou que Brasil e EUA tornam-se mais próximos quando se mantêm mais distantes.



Formação Política

Você por dentro da política



Curso Básico de Formação Política
Ulysses Guimarães

60h



Curso para Gestores Públicos Municipais.

Módulo Poder Legislativo.
Módulo Poder Executivo.

24h



Formação Política para a Juventude

45h



Curso preparatório para Candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores

25h



Dicção e Oratória
Comunicação de alto impacto

15h



Curso para Agentes de Cidadania Comunitária

45h



www.fundacaoulysses.org.br



[www.twitter.com/FundUlysses](https://twitter.com/FundUlysses) #EducaçãoLibre



www.facebook.com/fundacaoulysses



www.facebook.com/FundacaoUlyssesGuimaraesEducacao



www.youtube.com/fundulysses



(011) 3077-7015

FUNDAÇÃO
ULYSSES
GUIMARÃES



FUNDAÇÃO
EAD
Educação para Todos

6ª X

ECONOMIA DO MUNDO

O Brasil tem comemorado a conquista do 6º lugar entre as maiores economias do planeta. Apesar de ter desacelerado o crescimento econômico em 2011, o crescimento foi suficiente para ultrapassar o PIB do Reino Unido, segundo pesquisa realizada pelo Centro de Pesquisas para Economia e Negócios (CEBR, em inglês), ficando atrás dos Estados Unidos, China, Japão, Alemanha e da França. Em 2011, o PIB brasileiro ficou em US\$ 2,48 trilhões, acima dos US\$ 2,26 trilhões registrados pelo Reino Unido.

Com eclosão da crise finan-

ceira internacional de 2008 e a consequente recessão europeia e americana, as mudanças no ranking das economias nacionais se aceleraram, melhorando as posições dos países emergentes, entre os quais está o Brasil.

Assim, não custou muito para o país ultrapassar o Reino Unido, entrando para o seleto grupo das 6 maiores economias mundiais. E a França, em 5º lugar, não está muito distante.

Embora esteja no topo do ranking quando se considera o

tamanho das economias, o Brasil fica no final do grupo dos BRIC e abaixo de outros países emergentes quando a comparação se dá no ritmo de crescimento. Por esse critério o país teve o oitavo maior crescimento anual (dentre os 46 países que já divulgaram esse dado) e o 28º maior crescimento no quarto trimestre de 2011, comparado a igual período do ano passado, atrás de vários países asiáticos, do leste europeu e inclusive latino-americanos, como México e Peru.

Porém, não devemos perder a realidade de vista. Temos

84º

**NO ÍNDICE DE
DESENVOLVIMENTO
HUMANO**

que avaliar se a qualidade de vida do conjunto da população brasileira é condizente com a estatura de nossa economia. Para isso, é preciso observar outro índice, no qual, ao contrário do PIB, passamos longe da realidade econômica.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é que mede o padrão de vida das nações. Nele, o Brasil é apenas o 84º país, atrás do Chile (44º), da Argentina (44º) e do Uruguai (48º). Entre os vizinhos do Mercosul, ganhamos apenas do Paraguai que tem o 107º IDH.

Para se ter uma ideia, a Noruega, considerado o país como o melhor IDH do planeta tem apenas o 25º PIB mundial. A Austrália, com o 2º IDH é a 13ª economia e a Holanda, o 3º em qualidade de vida, tem o 16º PIB do mundo.

Para chamar a atenção desta realidade brasileira que a Revista Ulysses apresenta nesta edição um intenso debate sobre o tema. Portanto, o dever de casa dos políticos, governos e classes dirigentes do Brasil é transformar toda essa potência econômica em qualidade. Caso contrário, fica até cons-

trangedora a comemoração da conquista do 6º posto de maior potência da economia. Cabe ao governo articular ações para que se estabeleçam as condições de manutenção de um crescimento sustentável e duradouro do país.

A primeira dessas ações é promover as reformas estruturais que permitirão ao país encurtar a distância entre o PIB e o IDH.

Assim a Ulysses traz para sociedade este debate e convida à reflexão do tema.



O BRASIL E O COMÉRCIO INTERNACIONAL

Após a Segunda Guerra Mundial, observou-se no cenário internacional um impulso para o multilateralismo, ou seja, fortaleceu-se a perspectiva de que os problemas globais deveriam ser solucionados de maneira coordenada e colaborativa. Este entendimento originou-se do diagnóstico de que a Segunda Guerra Mundial havia ocorrido em função da ausência de mecanismos eficientes de resolução de problemas entre os estados nacionais.

A criação da ONU, do FMI e do BIRD confirmou essa tendência. No que se refere ao comércio internacional, também se tentou criar uma organização internacional. Para tanto, assinou-se durante a Conferência de Havana, em 1947, a Carta de Havana. Porém, o Congresso dos Estados Unidos, alegando ser a carta demasiadamente intervencionista, não ratificou

o documento. Para funcionar, qualquer esquema de comércio internacional deveria contar com a participação dos Estados Unidos, dado o peso da economia norte-americana. A alternativa encontrada foi a elaboração de um acordo executivo, o qual não necessitaria de ratificação do Congresso Nacional. Tal acordo passou a ser conhecido como GATT-47.

O Acordo do GATT era constituído por rodadas de negociação multilaterais. Cada país negociava a redução de barreiras tarifárias conforme as propostas dos outros países. Gradativamente, o acordo do GATT passou a ser visto pelos países membros como de baixo adensamento jurídico, ou seja, não havia como obrigar os países a cumprirem o que acordaram. Assim, ao final da Rodada Uruguai, que durou de 1986 a 1993, decidiu-se criar

uma organização internacional do comércio, a OMC.

O Brasil fez parte do acordo GATT e foi membro signatário original da OMC. Nesta organização, o Brasil teve papel fundamental na construção da sua base normativa. Um dos princípios que norteiam a organização é o da “nação mais favorecida”. Significa que qualquer preferência alfandegária que um país ofereça a outro, tem de também conferi-la a todos os outros que a pleiteiem. Ou seja, não pode haver relações preferenciais no que se refere à definição de política alfandegária. O Brasil mostrou, ao longo das rodadas subsequentes à criação da OMC, que este mecanismo poderia ser altamente prejudicial às nações em desenvolvimento, as quais buscavam acordos preferenciais entre si. Por isso, criou-se uma exceção ao princípio, o qual se encontra



no artigo 24 da Carta da OMC, permitindo a formação de arranjos regionais, nos quais vigorem regras tarifárias preferenciais, que visem ao desenvolvimento dos países membros.

Outra regra duramente criticada pelo Brasil foi o princípio da reciprocidade. Este princípio define que deve haver reciprocidade na oferta de benefícios tarifários entre nações. Caso isto viesse a ser efetivamente posto em prática, as nações menos desenvolvidas estariam sempre em desvantagem ao comercializarem com as nações mais desenvolvidas, pois teriam de abrir mão de sua política tarifária soberana,

a qual, em certos casos, poderia ter como objetivo proteger o mercado nacional. É desse período a criação da UNCTAD (1964). Uma das conquistas dos países do sul foi o fim do princípio da reciprocidade em 1964. O Brasil foi um dos líderes do movimento, com uma posição demandante por um comércio mais justo.

Atualmente, o Brasil participa ativamente das rodadas de negociação da OMC. A última rodada de negociação foi lançada em Doha, no Qatar, em 2001, e teve como objetivo principal estudar e promover projetos que fomentem o desenvolvimento. Contudo, a agenda

ainda está marcada por uma profunda clivagem entre diferentes perspectivas, caracterizadas por “norte e sul”. De forma bastante simplificada, podemos dizer que os países emergentes, como a Índia, por exemplo, querem que a União Europeia e os Estados Unidos diminuam os impostos aos produtos agrícolas estrangeiros. Já os países desenvolvidos querem, em troca, uma maior abertura para seus produtos industrializados. Em outras palavras, podemos dizer que todos aspiram mercados mais abertos para seus produtos, mas não têm intenção de abrir seus próprios mercados, pois temem que tal abertura prejudique suas economias.





O BRASIL E O PLEITO POR UM ASSENTO PERMANENTE NO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU

O Conselho de Segurança das Nações Unidas foi criado juntamente com a organização, em 1946, após o final da Segunda Guerra Mundial. A divisão do poder dentro da organização refletiu a divisão de poder oriunda do fim da guerra: os “vencedores” – EUA, Reino Unido, França, Taiwan (a então China capitalista) e a URSS – comporiam seu principal centro decisório. O Brasil foi um ativo participante das discussões que deram origem

à ONU, sendo o então Chanceler Oswaldo Aranha o primeiro a abrir suas sessões anuais, tradição que se mantém até hoje: é o representante brasileiro que inaugura a sessão anual, em setembro.

Na década de 1960, em decorrência do intenso processo de descolonização da África e da Ásia, o número de participantes da ONU aumentará de 51 para 110. Porém, o Conselho de Segu-

rança continuava a ter somente nove assentos (cinco permanentes e quatro rotativos). Em agosto de 1963, em proposta de autoria da Índia, a Assembleia Geral – legitimada pela resolução *Uniting for Peace*, de 1953 – aprovou uma reforma de ampliação do CSONU, que aumentou o número de assentos não permanentes para 10. A reforma não foi suficiente para agradar os principais críticos da distribuição de poder na

ONU. A estrutura do Conselho passou a ser questionada desde então, por seu caráter não representativo, já que as estruturas de poder sofriam profundas mudanças ao longo do século XX.

O Brasil sempre fez parte deste pleito, mas por considerar os países em desenvolvimento subrepresentados no principal fórum decisório global, lançou-se como candidato a membro permanente do conselho, defendendo uma reforma do Conselho baseada em três pilares: legitimidade, representatividade e eficiência. O país acredita que, com sua presença, o grupo tornar-se-ia mais legítimo em suas decisões, pois contaria com a perspectiva dos países em desenvolvimento, por ele representada, o que tornaria suas resoluções mais facilmente aceitáveis; mais representativo por contar com um ator que representaria o estrato "em desenvolvimento" do mundo e eficiente por trazer temas mais relevantes no cenário global e não se ater somente àqueles que interessam às grandes potências.

A principal motivação do Brasil refere-se à possibilidade de inserção no processo de construção de uma ordem internacional que ainda não está clara, tendo em vista as recentes e drásticas mudanças no mundo. Além disso,

também não estão claros os princípios e normas que regerão a ação em determinadas áreas. Como exemplo, podemos citar o terrorismo e o meio ambiente. Os P5 (*powerful 5*), como são conhecidos os 5 membros permanentes do Conselho de Segurança, procuram difundir a ideia de que a ameaça ambiental é uma ameaça à paz e à segurança internacionais. Isso lhes permitiria agir em regiões consideradas críticas. O Brasil é altamente refratário a esta ideia, pois teme a interferência indevida desses países na soberania daqueles relativamente mais fracos. No que se refere ao terrorismo, ainda não se formou consenso em torno do tema, pois os entes que conduzem ações consideradas terroristas são "difusos", ou seja, não, necessariamente, representam um país ou um projeto. Teme-se que o conceito possa ser expandido e usado de maneira indevida, o que poderia ser uma ameaça a nações que questionam o *status quo* global. Enfim, a ordem internacional é definida por normas emanadas de centros decisórios internacionais, dos quais o Brasil deseja fazer parte.

O Conselho de Segurança da ONU (CSONU) tem expandido suas competências para incluir temas como proliferação de armas nucleares, mudança climática

e outros, o que o torna especialmente relevante para a construção da nova ordem internacional. Como exemplo disto, recentemente, tentou-se aprovar uma resolução que permitisse invasões de regiões sob ameaça ambiental. Porém, um olhar mais cuidadoso revelou que a resolução tinha como intuito defender interesses dos EUA. Caso o Conselho mantenha um "clube" das antigas potências imperiais, corre-se o risco de não se verem contemplados os principais interesses das nações menos favorecidas.

Atualmente, o Brasil conta com o apoio do Reino Unido e da França para seu pleito de obter um assento permanente no Conselho de Segurança, porém, sofre o antagonismo da vizinha, Argentina, que também se declara representante dos interesses dos países em desenvolvimento. Um dos principais aspectos de preocupação dos P5 é o poder de veto, o qual não desejam dividir com novos países. O debate continua vivo e não parece haver qualquer movimento no sentido de fazê-lo avançar. O Brasil, contudo, continua defendendo seu projeto e suas perspectivas; para isso ele conta com apoio de diversos países em desenvolvimento.



A COOPERAÇÃO SUL-SUL

As iniciativas de cooperação sul-sul levadas adiante pela política externa brasileira desde 1993 ocupam, em tempos recentes, um papel cada vez mais relevante no marco das ações internacionais do país. Este movimento é decorrente da nova conjuntura internacional multilateral dos anos 90, do tipo de inserção internacional do país, assim como da ascensão, dentro do Itamaraty, da corrente autonomista da diplomacia brasileira.

Embora o comportamento brasileiro diante da América do Sul e do Mercosul em particular seja muito diferente em termos de estratégia, qualidade e quantidade das iniciativas de cooperação levadas adiante por potências médias de outros continentes, as percepções da corrente autonomista podem ser identificadas nos dois casos.

Em relação à América do Sul - Mercosul, os avanços são mais notáveis, ainda que convivam com a falta de uma visão consensual destes países

sobre princípios que devem nortear a ordem internacional, assim como sobre elementos básicos do regime político e da estratégia de desenvolvimento interna.

O potencial nacionalista de alguns países da região também atua sobre os movimentos de cooperação entre os países do continente. Neste contexto, para o Brasil, a cooperação com estes países, mediada pela construção de uma liderança, significa absorver custos maiores que beneficiem os parceiros menores. Como exemplo, podemos citar o Fundo de Convergência Estratégica do MERCOSUL (FOCEM), que foi criado com o objetivo de financiar projetos de desenvolvimento dos países do bloco. O Brasil entrou com 70% do capital. É o país que mais investe em projeto de desenvolvimento, pois entende que é necessário haver relativa simetria infraestrutural e comercial entre os países, para que não se repitam as práticas imperialistas de

comércio que vigiram durante o século XIX e início do século XX, capitaneadas por países que hoje são denominados desenvolvidos.

Em relação à cooperação com países de outros continentes, a dinâmica é diferente, mais equilibrada. O intercâmbio e a ação coordenada nos foros multilaterais são mais importantes e conseguem influenciar de alguma forma as negociações internacionais.

Nos dois casos, reporta-se a multidisciplinariedade do comportamento brasileiro, característica de sua política externa e marca de suas opções de cooperação sul-sul. Importa destacar, finalmente, a importância dessas parcerias para a "blindagem" do país ante a crise financeira internacional. Foi graças a sua diversificação comercial que o país pôde enfrentar a crise de maneira soberana, sem ter sido massivamente afetado, como o foram os países desenvolvidos.



BRASIL, AMÉRICA DO SUL E MERCOSUL

Os 12 países que integram a América do Sul - Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela - totalizaram 387,9 milhões de habitantes em 2008. A população da América do Sul é maior do que a dos

Estados Unidos que tinham 308,8 milhões de americanos no ano passado.

Em termos econômicos, a soma do Produto Interno Bruto (PIB) de todos os países representava cerca de US\$ 2 trilhões em 2006, equivalente a 15% do

PIB dos norte-americanos nesse ano. No mesmo período, o PIB dos EUA ficou em US\$ 13,2 trilhões. Na América do Sul, os países com maior PIB são, respectivamente, Brasil, Argentina, Venezuela, Colômbia e Chile

O histórico do Brasil na região

Com a Proclamação da República em 1889, o Brasil manteve os pontos centrais da política externa da monarquia na região da Bacia do Rio da Prata. Nesse período, a linha diplomática era manter o equilíbrio de poder na região e consolidar as fronteiras do país.

De acordo com Moniz Bandeira (2006), os interesses e atenções dos brasileiros se concentraram, sobretudo, na região do Prata, ou seja, na Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia até a metade do século XX. Uma das razões foi o fato de o abastecimento do Mato Grosso, Goiás e São Paulo depender quase que, totalmente, da navegação fluvial.

Com as Repúblicas do Pacífico, as relações do Brasil nunca adquiriram peso nem

densidade até a metade do século XX. Havia, no entanto, um interesse primordial do Brasil em resolver fronteiras e navegação fluvial pelo Rio Amazonas. Com o desenvolvimento industrial, o Brasil começou a buscar mercados para suas manufaturas nesses países a partir dos anos 70. Nesse contexto, o Brasil resguardava a América do Sul como sua área de influência desde o século XIX. Na visão do Barão do Rio Branco, a região era como um condomínio onde o Brasil exerceria livremente sua influência.

A América do Sul para o Brasil, portanto, resumia-se praticamente aos países da Bacia do Prata, cujas economias se complementavam durante muitas décadas do século XX. Ao mesmo tempo, o Brasil também se

aproximou do Chile para neutralizar a Argentina, país com o qual manteve rivalidade entre o final do século XIX e final dos anos 1970. Nesse período, pode-se destacar a assinatura do Tratado da Bacia do Prata em 1969, em Brasília. Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia firmaram o acordo de cooperação com o objetivo de integrar fisicamente a região.

As tentativas de integração econômica da América Latina remontam aos anos 50, quando estudos da CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina - indicavam a redução do fluxo de comércio na região e aconselhavam a formação de mercados mais abrangentes. Sob essa ótica, 11 países celebraram o Tratado de Montevideu, que criou a Associação Latino-Americana

de Livre Comércio (ALALC) em 1960.

O objetivo era criar uma zona de livre comércio em 12 anos para incentivar o desenvolvimento industrial. Faltou, entretanto, empenho dos governos e a proposta não avançou como o planejado, apesar de haver incremento de comércio. O prazo de transição foi ampliado até 1980. Nesse ano, os países resolveram criar a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) para corrigir as imperfeições da ALALC. A ALADI substituiu a ALALC e não se pretendia mais fixar prazos rigorosos para a integração.

Em 1967, o então presidente Castelo Branco tentou uma união aduaneira com Argentina e Chile, aberta a outros países nos setores siderúrgico, petroquímico e agrícola, o que não prosperou em razão de fatores políticos e econômicos. Somente, em 1986, a ideia de união aduaneira ganharia força novamente. Nesse ano, os então presidentes Raul Alfonsín (Argentina) e José Sarney (Brasil) decidiram unificar os dois países por meio de um mercado comum.

Mais adiante, a meta de unir a América Latina foi incorporada à Constituição Federal de 1988. Conforme o artigo 4º da Carta, "o Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana

de nações".

Esse objetivo foi confirmado em 1988 no Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento pelo qual os países se comprometeram a formar um espaço econômico comum no prazo de 10 anos. Os presidentes Fernando Collor (Brasil) e Carlos Menem (Argentina) decidiram reduzir o prazo para cinco anos. Então, assinou-se o Tratado de Assunção, com a adesão de Uruguai e Paraguai, constituindo o MERCOSUL em 1991. Esse tratado incorporou os mecanismos anteriormente acordados entre Brasil e Argentina. O documento também adotou como estrutura o Conselho do Mercado Comum (CMC), órgão supremo intergovernamental, e o Grupo Mercado Comum (GMC), órgão executivo e coordenador de 10 subgrupos de trabalho.

Em 1994, o Protocolo de Ouro Preto tratou dos aspectos institucionais do MERCOSUL e modificou, parcialmente, o Tratado de Assunção. Assim, conferiu personalidade jurídica internacional ao MERCOSUL, o qual permanece como o agrupamento de natureza intergovernamental, com processo decisório fundado na regra do consenso.

No campo político, aspectos cruciais favoreceram a constituição do bloco como mudanças no caráter das relações entre Brasil e Argentina nos anos 80 e a existência de democracia nos dois países.

Até o final dos anos 70, o relacionamento entre Brasil e Argentina era marcado por disputas hegemônicas e hostilidades latentes. Por outro lado, o final da Guerra Fria e o enfraquecimento dos países decorrente da crise financeira nos anos 80, impulsionaram a integração para tentar garantir uma inserção internacional mais favorável.

O projeto do MERCOSUL não era apenas formar uma área de livre comércio, mas constituir um núcleo do futuro mercado comum, base de um Estado supranacional, como a União Europeia, sob o lastro regional da América do Sul. No Tratado de Assunção, foi instituída a união aduaneira com a completa eliminação de barreiras alfandegárias e não-alfandegárias entre os países membros; além disso, foi estabelecida uma política comercial comum em relação a outros mercados.

Atualmente, o MERCOSUL é uma união aduaneira, que tenta agregar outros países sul-americanos e consolidar um mercado comum na América do Sul. Nessa linha, a Venezuela celebrou o protocolo de adesão em 2006, que foi aprovado pelo Legislativo brasileiro (ainda falta aprovação do Congresso paraguaio). Chile, Bolívia, Peru, Colômbia e Equador são membros associados. Já o México é observador. O bloco se caracteriza pelo chamado "regionalismo aberto", ou seja, não se apoia na discriminação imposta a outros mercados.



Órgãos do MERCOSUL

■ Conselho Mercado Comum (CMC)

É o órgão superior do MERCOSUL que firma acordos e tratados em nome do bloco. É responsável pela tomada de decisões para assegurar os objetivos do Tratado de Assunção e os demais acordos, e lograr a constituição final de um mercado comum.

■ Grupo Mercado Comum (GMC)

É o órgão executivo do MERCOSUL e está subordinado ao CMC. Resoluções adotadas são obrigatórias. Pode negociar e firmar tratados desde que receba a delegação do CMC.

■ Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM)

Está em escala inferior ao GMC. É órgão de consulta e assessoramento. Pode firmar tratados desde que autorizada pelo GMC (que pede ao CMC).

■ Secretaria Administrativa do MERCOSUL

Órgão que serve de arquivo para os instrumentos legais de interesse do bloco. Tem a lista de árbitros.

■ Comitês técnicos

Destituídos de poder decisório. Destinam-se a consulta e assessoria. Cabe à CCM criá-los.

■ Parlamento do MERCOSUL

Serve para fortalecer vínculos do MERCOSUL com parlamentos nacionais e estimular a incorporação dos regimentos do bloco nos países. Tem função consultiva, deliberativa e pode apresentar propostas. (Em 2010, haveria a primeira eleição direta dos integrantes com critérios a serem definidos. Haverá sufrágio direto nos Estados-membros para cidadãos participarem do processo). Há desentendimentos sobre o número de parlamentares. Paraguai antecipou-se e elegeu quantos quis.

■ Foro Consultivo Econômico-Social

É um órgão consultivo. Quer ampliar a participação da sociedade na integração.

■ Tribunal Permanente de Revisão

Em 2002, o Protocolo de Olivos, concluído em Buenos Aires, reorganizou o sistema de solução de controvérsias do MERCOSUL. Nesse sentido, foi criado o tribunal que julga, em grau de recurso, as decisões de tribunais arbitrais. Primeiro, há negociações diplomáticas. Se a diplomacia não dá certo, o caso é julgado em primeira instância num tribunal arbitral. Quando provocado, o Tribunal de Revisão examina a decisão e a modifica se julgar necessário, mas só após a análise de seus fundamentos jurídicos. A questão então é julgada de forma definitiva e a decisão será inapelável e obrigatória. O tribunal prepara o terreno para criação de uma Corte Permanente do MERCOSUL.

■ Fundo para Convergência Estrutural do MERCOSUL

Financia projetos para desenvolver a competitividade e promover coesão social dos países mais pobres do bloco, com o objetivo de superar assimetrias. Uruguai e Paraguai são os principais beneficiados pela iniciativa.



**A
REALIDADE
DE CADA
PAÍS E
SUA
RELAÇÃO
COM O
BRASIL**



ARGENTINA

O país tem o segundo maior território da América do Sul. É o maior parceiro comercial do Brasil na região. A Argentina, rica em minérios, é grande produtora de carne e cereais. Com a falência do modelo cambial adotado em 1991, houve grave crise no final da década. Esta crise chegou ao ápice em 2002, quando o PIB

despencou 10,9% e mais da metade da população passou a viver abaixo da linha de pobreza. Nos anos 70, apenas 5% dos argentinos se encontravam nessa situação. A partir de 2003, porém, o forte crescimento da economia permite significativa melhoria da qualidade de vida.

PIB	População	Gastos em Defesa	Exportação brasileira	Importação brasileira
US\$ 214 bilhões (2006)	39,9 milhões (2008)	US\$ 2 bilhões (2006)	US\$ 17,6 bilhões*	US\$ 13,3 bilhões**
Relações Exteriores				
Banco Mundial, FMI, Grupo do Rio, MERCOSUL, OEA, OMC e ONU				

*Automóveis com motor de explosão, terminais portáteis de telefonia celular, óleo combustível, minérios de ferro, outros tipos de automóveis, tratores
 **Automóveis, naftas para petroquímica, trigo

BOLÍVIA

Brasil considera prioritária a relação com a Bolívia em razão da extensa fronteira que mantém com o vizinho. É a "parceira privilegiada" do Brasil. O país é um dos mais pobres do continente ameri-cano, com alta taxa de analfabetismo e baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Não tem saída para o mar. Há uma histórica disputa com o Chile pelo acesso ao mar, pois perdeu parte do território para a nação vizinha na

Guerra do Pacífico no final do século XIX.

Na segunda metade do século XX, a Bolívia passa a ocupar lugar central no tráfico mundial de cocaína, reduzido nos últimos anos por meio do programa de erradicação de plantações ilícitas. Por outro lado, o país abriga a segunda maior reserva de gás natural conhecida da América do Sul, atrás da Venezuela.

PIB	População	Gastos em Defesa	Exportação brasileira	Importação brasileira
US\$ 11,2 bilhões (2006)	9,7 milhões (2008)	US\$ 156 milhões (2006)	US\$ 1,1 bilhão*	US\$ 2,8 bilhões**
Relações Exteriores				
Banco Mundial, FMI, Comunidade Andina, Grupo do Rio, MERCOSUL (membro associado), OEA, OMC e ONU				

*Barras de ferro, aço, óleo diesel, tratores, soja
 **Gás natural, óleos brutos de petróleo, feijão

BRASIL

O Brasil tem quase a metade do território coberto pela Floresta Amazônica, principal reserva de biodiversidade do planeta. Exporta

principalmente produtos com valor agregado aos vizinhos, como automóveis e aviões.

PIB	População	Gastos em Defesa	Relações Exteriores
US\$ 1,1 trilhão (2006)	194,2 milhões (2008)	US\$ 16 bilhões (2006)	Banco Mundial, FMI, Grupo do Rio, MERCOSUL, OEA, OMC e ONU

CHILE

O país possui o território mais estreito do mundo. O Chile ultrapassou a Argentina em 2008, tornando-se o país com mais alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da América do

Sul. É o maior produtor mundial de cobre. Principais fontes de receita: exportações de cobre, frutas e derivados de pescado.

PIB	População	Gastos em Defesa	Exportação brasileira	Importação brasileira
US\$ 145,8 bilhões (2006)	16,8 milhões (2008)	US\$ 5 bilhões (2006)	US\$ 4,8 bilhões*	US\$ 4,2 bilhões**

Relações Exteriores

APEC, Banco Mundial, FMI, Grupo do Rio, MERCOSUL (membro associado), OEA, OMC e ONU.

*Óleos brutos de petróleo, terminais portáteis de telefonia celular, automóveis

**Catodos de cobre, sulfetos de minério de cobre, fios de cobre refinado

PARAGUAI

É considerado o "sócio íntimo" e "aliado especial" do Brasil no MERCOSUL. Na extensa área plana do leste, o principal produto cultivado e exportado é a soja. A região da Savana do Gran Chaco é destinada à pecuária. O Rio Paraguai, que liga o Norte ao Sul, é a principal via comercial num país sem saída para o mar.

No Paraguai, vivem muitos brasileiros, os "brasiguaios", que ocupam uma área cada vez maior junto à fronteira com o Brasil, fonte de

tensão com os habitantes locais. Além do contrabando, o país serve de rota para o tráfico internacional de drogas.

Após décadas de ditadura, o regime político é instável e apresenta alto grau de corrupção. As hidrelétricas construídas em associação com o Brasil (Itaipu) e com a Argentina (Yaciretá) fornecem energia abundante e barata para o Estado brasileiro.

PIB	População	Gastos em Defesa	Exportação brasileira	Importação brasileira
US\$ 9,3 bilhões (2006)	6,2 milhões (2008)	US\$ 67 milhões (2006)	US\$ 2,5 bilhões*	US\$ 657,5 milhões**

Relações Exteriores

Banco Mundial, FMI, Grupo do Rio, MERCOSUL, OEA, OMC e ONU

*Óleo diesel, adubo, fertilizantes e tratores

**Trigo, milho em grão, outros grãos de soja, farinhas

VENEZUELA

Na visão brasileira, o país tem uma aliança estratégica com a Venezuela. Na região do Lago Maracaibo, o maior da América do Sul, concentra-se a extração de petróleo, a principal atividade econômica nacional, responsável por

mais de 80% das exportações. Com o governo Hugo Chávez, que se elegeu pela primeira vez em 1998, iniciou-se a reforma agrária e ampliou-se o poder estatal sobre a extração petrolífera, o que desagrada o empresariado.

PIB	População	Gastos em Defesa	Relações Exteriores
US\$ 181,9 bilhões (2006)	28,1 milhões (2008)	US\$ 3 bilhões (2006)	Banco Mundial, FMI, Grupo do Rio, MERCOSUL, OEA, OMC, ONU

COLÔMBIA

Os principais produtos de exportação do país são café e petróleo. Além de sofrer com um conflito interno, que envolve guerrilheiros de esquerda, grupos paramilitares de direita e as Forças Armadas, enfrenta forte presença do

narcotráfico. Isso leva o país a ter um dos maiores contingentes de refugiados internos, ou seja, pessoas obrigadas a deixar suas casas em razão do conflito, mas que permanecem no interior das fronteiras nacionais.

PIB	População	Gastos em Defesa	Exportação brasileira	Importação brasileira
US\$ 153,4 bilhões (2006)	46,7 milhões (2008)	US\$ 5 bilhões (2006)	US\$ 2,3 bilhões*	US\$ 829,3 milhões**

Relações Exteriores

Banco Mundial, Comunidade Andina, FMI, Grupo do Rio, MERCOSUL (membro associado), OEA, OMC e ONU.

*Terminais portáteis de telefonia celular, tubos de ferro, aviões

**Óleos brutos de petróleo, coques de hulha, hulha betuminosa

PERU

Terceiro maior país da América do Sul; possui parte da Amazônia a leste da Cordilheira dos Andes, onde se encontram as nascentes do Rio Amazonas. O país exporta ouro, cobre e pesca.

Estima-se, no entanto, que o comércio ilegal de coca supere todos os recursos obtidos com as exportações legais.

PIB	População	Gastos em Defesa	Exportação brasileira	Importação brasileira
US\$ 92,4 bilhões (2006)	28,2 milhões (2008)	US\$ 1 bilhão (2006)	US\$ 2,3 bilhões*	US\$ 956,3 milhões**

Relações Exteriores

APEC, Banco Mundial, Comunidade Andina, FMI, Grupo do Rio, MERCOSUL (membro associado), OEA, OMC e ONU

*Óleos brutos de petróleo, terminais portáteis de telefonia celular, chassis com motor diesel, tratores

**Catodos de cobre refinado, sulfetos de minério de zinco, prata em estado bruto, chumbo refinado

URUGUAI

É caracterizado como "aliado histórico" do Brasil. Situado às margens do Rio da Prata, o Uruguai tem a pecuária como setor mais tradicional da economia, com destaque para a

produção de lã e de carne. A agricultura se baseia no cultivo de cereais. O setor de serviços, em especial o turismo, está em expansão.

PIB	População	Gastos em Defesa	Exportação brasileira	Importação brasileira
US\$ 19,3 bilhões (2006)	3,4 milhões (2008)	US\$ 227 milhões (2006)	US\$ 1,6 bilhão*	US\$ 1 bilhão**

Relações Exteriores

Banco Mundial, FMI, Grupo do Rio, MERCOSUL, OEA, OMC e ONU

*Óleo combustível, automóveis com motor explosão, terminais portáteis de telefonia celular e energia elétrica

**Malte não torrado, garrafas, garrafas, artigos de plástico, arroz

*Os números de exportação e importação se referem a janeiro-dezembro de 2008.

Fontes: Almanaque Abril 2009, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e Ministério das Relações Exteriores (MRE).

O BRASIL E A NOVA ARQUITETURA FINANCEIRA INTERNACIONAL

O papel que o Brasil e outros países emergentes podem desempenhar na conformação de uma nova arquitetura financeira global vincula-se a maior democratização do acesso às instâncias decisórias dos organismos multilaterais, à implementação de mecanismos de regulação mais transparentes e ao acesso a recursos financeiros internacionais. Dessa forma, o Brasil e países emergentes buscam construir um novo ordenamento mundial, mais simétrico e menos desigual, em que os eixos de cooperação global pautem-se pela lógica da interdependência real.

O sistema financeiro internacional vigente é caracterizado pela ausência de normas rígidas e impositivas, o que o torna relativamente flexível. As instituições responsáveis pelo seu ordenamento remontam à Conferência de Bretton Woods, momento em que se percebeu a necessidade de firmar um ordenamento normativo capaz de impor maior previsibilidade e segurança ao sistema financeiro internacional. Na referida

conferência, foi definido o lastro entre dólar e ouro como referência para as trocas internacionais, e duas instituições financeiras foram criadas, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Respectivamente, o banco é responsável pelo empréstimo de recursos para projetos de desenvolvimento estatais, e o fundo objetiva a realização de empréstimos a países que se encontram em dificuldade em suas balanças de pagamento. Essa arquitetura financeira, forjada no contexto do pós-guerra, passou a ser questionada na década de 1970. Em 1973, o presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, decreta o fim do padrão de conversibilidade baseado na relação dólar/ouro.

Mudanças políticas no contexto internacional exigiram novas definições no sistema internacional. Após a queda do Muro de Berlim, o mundo deixou de ser estruturado por polaridades definidas, como a representada pela definição entre norte e sul, leste e oeste e passou a ser caracterizado por lógicas

contraditórias, como as da globalização e da fragmentação. A primeira expressa uma lógica integradora; a segunda, desintegradora, o que traz consequências diversas para diferentes atores, situados em esferas assimétricas de poder. Ao identificar essa dinâmica internacional, o Brasil e outros países em desenvolvimento passam a questionar a distribuição de poder no tocante ao processo decisório nos foros internacionais.

Na década de 1980, países em desenvolvimento tornaram-se os principais tomadores de recursos do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional em decorrência da necessidade de financiamento de projetos de desenvolvimento vinculados, especialmente, à infraestrutura e da existência de problemas na balança de pagamentos oriundos das dívidas contraídas com países desenvolvidos. O caso do Brasil é paradigmático nesse sentido. Tendo contraído empréstimos com os EUA ao longo da década de 1970 e 80, o país viu sua dívida interna crescer drasticamente ao final



dos anos 80 em função do aumento unilateral das taxas de juros norte-americanas. Diversos países em desenvolvimento entraram em recessão e tiveram de abandonar seus projetos de desenvolvimento, o que caracterizou o período como a “década perdida” em que viveu a “crise da dívida”.

Ao final da década de 1990, mais precisamente em 1999, por iniciativa do então presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, é formado o G-20, grupos das maiores economias do mundo, representados por seus Ministros de Finanças. Na esteira das crises asiática, russa e brasileira, organizou-se o fórum com o objetivo de debater temas como desenvolvimento, regulação do sistema financeiro internacional. Afirmou-se, à época, a percepção de que a interdependência global era processo inexorável e que deveria ser realizada uma redistribuição do poder nas esferas decisórias internacionais. Após uma série de reuniões do G-20, relativamente irrelevantes, os países em desenvolvimento puseram em prática políticas de austeridade fiscal, estímulo às exportações e controle da inflação, o que lhes propiciou a consolidação de importante acúmulo de reservas.

Após o advento da crise financeira internacional, que teve seus momentos mais

agudos em 2008, os países desenvolvidos foram identificados como os principais causadores das distorções financeiras internacionais que a ocasionaram. Nesse contexto, percebeu-se que não haveria meios de resolver a crise sem a participação e a colaboração dos países em desenvolvimento, que se encontravam mais bem preparados para enfrentá-la. Em novembro de 2008, o Brasil conclama uma reunião do G-20 com vistas a debater os rumos e possíveis soluções para a crise financeira que tomava, progressivamente, contornos globais. Algumas importantes decisões foram tomadas no âmbito da reunião, tais como a inclusão dos integrantes do G-20 no Fórum de Estabilidade Financeira, a ampliação do Comitê da Basiléia e o fortalecimento do FMI, que recebeu fundos para contribuir para o aumento de liquidez das economias em recessão.

O Brasil possui importante histórico de “articulação de consensos”, segundo Gelson Fonseca Jr., pois pauta sua atuação internacional, tradicionalmente, em preceitos de orientação grociana, tais quais autodeterminação dos povos e não ingerência em assuntos de soberania nacional. O país é reconhecido internacionalmente pela forma pacífica que busca resolver suas controvérsias, tradição que remonta à atuação do Barão do Rio

Branco na demarcação das fronteiras nacionais. Caudatária dessa tradição, a política externa brasileira atual tem sido pautada pela combinação dos eixos horizontal e vertical, conforme pontua Cristina Pecequillo. O horizontal refere-se às relações entre países de semelhante poder relativo, expresso pelo eixo sul-sul da diplomacia brasileira; o vertical considera as relações com os países desenvolvidos.

O Brasil circula com legitimidade nos dois eixos e representa, com pertinência, as reivindicações dos países em desenvolvimento nos foros globais. Como forma de expressão de reconhecimento da liderança brasileira em foros globais, recentemente, países desenvolvidos como a França têm defendido a ampliação do G-8 para G-13, em que o Brasil seria membro permanente. A reforma do sistema financeiro internacional tem no Brasil importante representante de perspectivas mais democráticas e inclusivas relativas ao processo político decisório internacional, que seja pautado pela interdependência real, em que os recursos financeiros sejam direcionados para países que os necessitem em seus projetos de desenvolvimento e que não sejam restritos a movimentos especulativos não geradores de renda. O Brasil possui um importante papel a exercer e não tem se furtado à responsabilidade.





Nesse cenário, as regiões vêm ganhando importância e, conseqüentemente, cada vez mais as potências regionais adquirem um papel determinante na distribuição de poder no Sistema Internacional. Além de Rússia e China, que já despontam como grandes potências regionais, outros países chamam atenção devido às elevadas taxas de crescimento de suas economias, ao tamanho expressivo de suas populações, ao seu peso político na esfera internacional e, principalmente, à sua importância nas respectivas regiões. Brasil, Índia, África do Sul, Nigéria, Paquistão, Turquia, Egito, entre outros, figuram nessa categoria.

Segundo essa tendência, em 2001, o economista Jim O'Neil, analista da Goldman Sachs, apresentou um relatório identificando quatro países que, devido a suas taxas de crescimento econômico, provavelmente ultrapassariam as atuais maiores economias do mundo em cinquenta anos. Os quatro países identificados foram Brasil, Rússia,

Índia e China, que ficaram conhecidos pelo acrônimo BRIC. Segundo o relatório, em 2050, esses países serão responsáveis por 25% da riqueza mundial (GOLDMAN SACHS, 2003). As projeções de O'Neil se confirmaram no último relatório publicado em 2007, já que, antes do final da década, os quatro países representavam em torno de 15% de toda a economia mundial (GOLDMAN SACHS, 2007), participação que deve aumentar após a crise financeira internacional.

É importante frisar que esses países têm características que os tornam únicos no cenário internacional. Brasil, Rússia, Índia e China apresentam populações expressivas, com mais de 100 milhões de pessoas; Produto Interno Bruto superior a um trilhão de dólares (paridade do poder de compra), e área superior a três milhões de quilômetros quadrados. Essa combinação de características, que são elementos de hard power, só é encontrada nesses quatro países e nos Estados

Unidos.

Apesar de não ter sido pensado como um bloco, devido ao sucesso e à popularidade atingida pela classificação, os quatro países estão, desde 2007, articulando-se politicamente em torno da criação de um fórum permanente, de forma a ter um impacto político e diplomático mais palpável no Sistema Internacional. O Fórum BRIC foi criado porque os governos de Brasil, Rússia, Índia e China julgaram útil e válido tentar coordenar suas posições sobre a ordem política e econômica mundial, tendo em vista homologias estruturais (desafios e potencialidades), bem como interesses conjunturais compatíveis em relação à superação da crise econômica mundial e à reforma das instituições multilaterais do sistema ONU, incluindo as instituições de Bretton Woods.

Desde então, os BRIC se articulam para coordenar posições em conferências internacionais,

sendo que em 16 de maio de 2008, os ministros das relações exteriores dos quatro países realizaram uma reunião em Ecatimburgo (Yekaterimburg), na Rússia. A primeira reunião de cúpula do grupo, entretanto, ocorreu apenas em 16 de junho de 2009, na mesma cidade. O objetivo maior da reunião era criar coesão entre os países, previamente à reunião das cúpulas do G8, que ocorreria na Itália, e do G20 financeiro, que ocorreria nos Estados Unidos.

Os resultados dessa reunião (BRIC DEMANDS..., 2009) foram extremamente importantes para coordenar a ação política desses países e lançar, de forma institucional, o projeto de cooperação entre os países. Além de tratar da crise econômica de 2008 e da necessidade de os países emergentes terem mais poder no controle do Sistema Financeiro Internacional, a primeira resolução da reunião foi pouco expressiva. Uma das propostas mais comentadas era a criação de uma moeda supranacional de reserva, para diluir o peso do dólar, o que não foi mencionado na resolução. Outro tema importante, a reforma do Conselho de Segurança da ONU, foi tratado apenas tangencialmente, não afirmando a necessidade de Brasil e Índia integrarem o órgão máximo daquela instituição, especialmente devido à pressão chinesa, que não se posiciona abertamente em favor da reforma no CSNU.

A articulação da posição dos quatro países resultou em mudanças efetivas no Sistema

Internacional, como pode ser observado após a Conferência do G20, que ocorreu recentemente em Pittsburgh. Os países do BRIC conseguiram aumentar a sua cota de participação no FMI em 5%, e em 3% no Banco Mundial (BRICS SAEM..., 2009). Juntamente com os outros emergentes, esses países conseguiram, então, provocar alterações importantes no Sistema Financeiro Internacional, tendo inclusive deslocado o foco das discussões sobre finanças internacionais do G8 para o G20.

Desde o início da crise financeira global, em 2008, ficou bastante claro que a correlação de forças no Sistema Internacional estava se alterando rapidamente. A boa resposta dada pelos países emergentes, que até a década de 1990 eram o epicentro das principais crises econômicas mundiais, aos efeitos da crise internacional, apenas confirmou a crescente importância e a emergência desses países como atores de relevo no cenário internacional. A institucionalização do Fórum dependerá da superação de constrangimentos internos e externos significativos, mas também da evolução das relações de poder entre as díades de países membros e de todos com os Estados Unidos. O Fórum pode se transformar em uma importante ferramenta para o gerenciamento da mudança da distribuição do poder no sistema internacional, devido à grande importância desses quatro países atuando em conjunto.

África do Sul - O governo sul-africano procurou os membros do

BRIC em 2010, e o processo de admissão formal ao bloco começou em agosto do mesmo ano. A África do Sul foi admitida oficialmente como uma nação do BRIC em 24 de dezembro de 2010 após ser convidada pela China e outros países do BRIC para participar do grupo. A letra "S" em BRICS representa a África do Sul. O presidente Jacob Zuma foi assistir à cúpula do BRICS em Pequim, em abril de 2011, como membro pleno. O país está em uma posição única e pode influenciar o crescimento econômico e o investimento da África. De acordo com Jim O'Neill, do Goldman Sachs, que originalmente cunhou o termo, o PIB atual combinado do continente africano é razoavelmente semelhante ao do Brasil e da Rússia e ligeiramente superior ao da Índia. A África do Sul é um "portal" para o sul da África e para África em geral, já que o país africano mais economicamente desenvolvido. A China, que é o maior parceiro comercial da África do Sul e da Índia, quer ampliar os laços comerciais com a África.

A África do Sul é também a maior economia da África; mas, é a 31º maior PIB do mundo, muito aquém das dos seus novos parceiros. As credenciais africanas são importantes geopoliticamente, pois dá aos BRICS a oportunidade de influenciar e comercializar em quatro continentes diferentes. A adição da África do Sul é uma hábil jogada política que reforça ainda mais o poder BRICS e de seu estatuto.

**NÃO HÁ
ESPAÇO
PARA
OMISSÃO**

PAULO SKAF

Neste ano de 2012, deveremos ter um ambiente de muita incerteza e de baixo crescimento da economia global, em particular nos países desenvolvidos. A crise fiscal na Zona do Euro representa o maior risco. O cenário internacional adverso impõe grandes desafios para a economia brasileira e, principalmente, para a indústria de transformação que vem sofrendo com a crescente perda de sua competitividade. O momento exige ações efetivas do governo para elevar a competitividade da indústria. Por outro lado, ficar omissos, o governo trará repercussões danosas para a capacidade de crescimento de nossa economia num horizonte não muito distante.

Apesar das consequências sobre o crescimento global, a crise internacional acaba por oferecer uma janela de oportunidade para a economia brasileira. Este é o momento ideal para que a taxa de juros do país convirja para os padrões internacionais, por exemplo. Diante de um ambiente externo de fraco crescimento e muita incerteza, o Banco Central iniciou um ciclo de redução da taxa de juros, buscando, assim,

minimizar os efeitos adversos sobre a atividade doméstica. Percebe-se, portanto, que o terreno está sendo pavimentado para que essa tendência se mantenha e seja, inclusive, intensificada. Caso contrário, corremos o risco de perder uma grande oportunidade.

A indústria de transformação ficou praticamente estagnada em 2011, crescendo apenas 0,2%. Levando em conta o bom desempenho do comércio varejista no ano passado, cujo crescimento foi de 6,6%, o desempenho da produção industrial foi extremamente decepcionante. A dissociação entre a velocidade de crescimento da demanda doméstica e da produção industrial, num ambiente de forte aumento da penetração de produtos importados, sugere um claro vazamento do crescimento da indústria para o exterior. Para tanto, estão em curso medidas de estímulo para alavancar a demanda doméstica, com desonerações tributárias, reversão parcial das medidas macroprudenciais, redução da taxa de juros e aumento real do salário mínimo. Ocorre que a partir do terceiro trimestre de 2010 e ao longo de 2011, a

demanda doméstica mostrou desempenho bastante favorável, enquanto a atividade industrial teve comportamento anêmico. Por isso cabe a pergunta: forte crescimento da demanda para quem? Acreditamos que esse quadro será mantido e, portanto, parte considerável do crescimento da demanda doméstica continuará a ser atendida pelas importações. Salvo mudanças que removam os entraves que corroem a competitividade da indústria, tais como a infraestrutura precária, o elevado custo da energia e a taxa de câmbio sobrevalorizada, o mercado doméstico seguirá sendo invadido por produtos importados e continuaremos a exportar renda e empregos para o exterior.

A perda de competitividade da indústria de transformação brasileira fica evidenciada pelo crescente déficit da balança manufaturados. O saldo comercial do segmento saltou de um déficit de US\$ 36,5 bilhões, em 2009, para US\$ 71,2 bilhões, em 2010, e ainda, em 2011, para US\$ 92,4 bilhões. Nossa previsão é que o déficit da balança de manufaturados continue se

elevando e atinja US\$ 105,9 bilhões, em 2012. Por outro lado, devido aos níveis dos preços das commodities, a balança comercial continua a registrar superávits. De fato, caso os preços das exportações e das importações em 2011 tivessem ficado no nível médio observado em 2010, o saldo comercial seria de apenas US\$ 6,5 bilhões ao invés dos US\$ 29,8 bilhões registrados. Isto quer dizer que a manutenção dos preços das commodities em níveis elevados garantiu US\$ 23,3 bilhões do nosso saldo comercial. Assim, verificamos a consolidação da “primarização” do saldo comercial, com o ganho crescente da participação dos produtos básicos na pauta exportadora. Tal participação saltou de 25,4% em 1994 para 47,8% em 2011. As exportações dos produtos manufaturados, por sua vez, que em 1994 respondiam por 57,3% das exportações totais, hoje representam apenas 36% do total.

Dentre os problemas que sufocam a competitividade da indústria, a taxa de câmbio sobrevalorizada é um dos principais, principalmente por ele ter se agravado nos últimos anos. Existe uma

guerra cambial em curso na economia mundial e seria ingênuo negar a sua existência. Os programas de injeção de liquidez promovidos pelos bancos centrais dos Estados Unidos, da Zona do Euro, e do Reino Unido têm como um dos efeitos a desvalorização de suas moedas, estimulando assim o aumento das exportações. Fechando o quadro, temos a moeda chinesa, que permanece sobrevalorizada. Essa configuração mostra que, salvo uma piora do cenário internacional, ainda há grandes possibilidades de que o real retorne à sua rota de apreciação. Por isso, o governo brasileiro precisa estar atento a fim de conter esse movimento. É importante destacar, contudo, que a taxa de câmbio excessivamente valorizada é apenas um dos problemas que asfixiam a indústria nacional. Outros entraves também já são bem conhecidos, como o elevado custo da energia e do capital, a infraestrutura precária, a escassez de mão de obra e a carga tributária excessiva e injusta.

O Brasil está numa rota perigosa de queda da participação da indústria na economia. A indústria de transformação representava

27% do PIB em meados dos anos 1980 e reduziu continuamente sua participação para 16,2% em 2010. Para que se tenha uma noção da gravidade desse processo, em 1980 o valor adicionado pela indústria de transformação brasileira era equivalente ao da China, Malásia, Coreia e Tailândia somadas. Vinte anos depois, em 1990, o valor adicionado pela indústria brasileira representava apenas 15% do total dos quatro países asiáticos. E em 2010, essa proporção diminuiu drasticamente para apenas 7%.

Nos países desenvolvidos, o processo de redução da indústria de transformação no PIB seguiu uma trajetória “natural”, onde o aumento da renda per capita a partir de um elevado nível possibilitou o aumento da participação do setor de serviços. Alemanha (19,1%), Japão (20,0%), Área do Euro (15,3%) e EUA (12,7%) têm participação próxima ou maior que a do Brasil, porém a indústria brasileira começou a perder participação num momento em que o nosso nível de renda per capita é muito inferior aos países ricos. Os países citados têm renda per capita média de US\$ 33.350 e o Brasil, de US\$ 9.400. Portanto, ao contrário do que

ocorreu nos países desenvolvidos, a desindustrialização no Brasil não reflete um processo virtuoso de mudança estrutural no desenvolvimento econômico.

Enfim, as consequências desse processo de desindustrialização precoce e abrupto serão desastrosas no médio e longo prazos. Com a manutenção das adversidades, as empresas de uma determinada cadeia produtiva, localizadas mais próximas ao consumidor final, começam a importar insumos, trazendo assim dificuldades para as empresas dos elos

anteriores, que serão forçadas a reduzir a produção, turnos de trabalho e, no limite, a demitir trabalhadores. Além disso, a manutenção desse cenário de asfixia de um setor indutor de tecnologia e inovação, que responde por aproximadamente 50% dos investimentos realizados no país nessa área, pode interromper o crescimento da produtividade da economia e, conseqüentemente, comprometer o aumento da renda e do PIB no longo prazo.

O momento não dá brechas para a inércia por parte do governo brasileiro.

Nossa indústria está sendo asfixiada pela perda de competitividade. Estamos abrindo mão, de maneira precoce e abrupta, de um setor gerador de empregos e riquezas. A manutenção dessa dinâmica provocará sérios danos em nossa capacidade de criar novos postos de trabalho e vai afetar o crescimento da economia no médio e longo prazos. A crise internacional oferece oportunidades para a economia brasileira. O que não há é espaço para omissão.

PAULO SKAF

Presidente da Federação
e do Centro das Indústrias
do Estado de São Paulo
FIESP/CIESP



JUVENTUDE, NOVA CLASSE MÉDIA E DESENVOLVIMENTO

GABRIEL SOUZA

Presidente Nacional da Juventude do PMDB

O Brasil vive um momento único em sua demografia. Estamos na crista da onda de um fenômeno que pode ser entendido, ao mesmo tempo, como um grande desafio e uma grande oportunidade para o país. Vivemos a fase do chamado “bônus demográfico”, época em que há mais pessoas economicamente ativas do que crianças e idosos. Todavia, essa fase que está no seu auge, e tem prazo para acabar.

São mais de 50 milhões de

juvens no Brasil¹ (gráfico 01), considerando “juventude” a faixa etária que compreende dos 15 aos 29 anos (a Emenda Constitucional nº 65 de 13 de julho de 2010, o Projeto de Lei da Câmara 98/2011 e o Estatuto da Juventude - em tramitação -, são os marcos legais que tratam dessa faixa etária).

Nunca houve tantos jovens na população brasileira como agora e, ainda mais importante, nunca mais haverá. Isso porque a expectativa de

vida tem aumentado consideravelmente nas últimas décadas, tem havido um decréscimo bastante considerável na taxa de natalidade da população. As projeções demográficas apontam que em 2039 o Brasil vivenciará o chamado “crescimento demográfico zero”²: o tamanho da população se manterá estável e, se seguir de acordo com a tendência, diminuirá.

¹Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio, IBGE 2007. ²IBGE, 2010

População jovem no Brasil

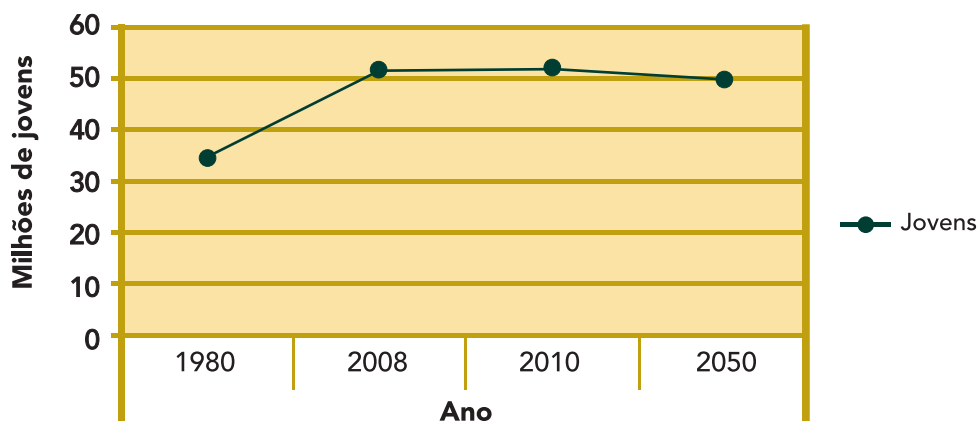


Gráfico 01: População jovem no Brasil, IBGE 2007.

Abordando o assunto *en passant*, os desafios desse "bônus demográfico" são enormes e muitos. Outros países já passaram por épocas similares, um caso bem esclarecedor aconteceu nos Estados Unidos da América na década seguinte ao fim da Segunda Guerra Mundial. Lá houve um crescimento exponencial na taxa de natalidade do país, criando uma geração extremamente volumosa, fenômeno que ficou conhecido como *baby boom* (numa tradução livre, "explosão de bebês"). Anos após, quando estes bebês chegaram à idade de juventude, os *baby boomers* demandaram um incrível *inpush* na economia estadunidense. Como resultado ocorreu um significativo aumento do investimento

público nas décadas 1970 e 1980, numa tentativa do Estado de gerar empregos para tantas pessoas³. Isso proporcionou uma das maiores taxas de desenvolvimento econômico da história dos EUA, propulsando sua economia e consolidando o país como potência mundial.

Por outro lado, na década de 1990, quando previu o envelhecimento dos *baby boomers* o governo norte-americano se viu obrigado a realizar reformas na Previdência e no serviço *Medicare*⁴, preparando-se para receber a imensa massa de pessoas que chegavam à idade de aposentadoria.

De maneira similar, a China da década de 1980, com Deng

Xioping à frente, aproveitou o fenomenal contingente de centenas de milhões de jovens em sua população para qualificá-los e prepará-los para o crescimento que viria em decorrência da abertura gradual de investimentos de capital externo realizada por meio das Zonas Econômicas Especiais - ZEEs. A China enviou centenas de milhares de jovens ao exterior para programas de graduação e pós-graduação (guardadas as devidas proporções, é algo similar com o que pretende o governo brasileiro com o programa "Ciência Sem Fronteiras"). O resultado dessas políticas todos conhecemos, a economia chinesa foi a que mais cresceu no mundo nos últimos anos.

³PAES DE BARROS, Ricardo ("Revista do Instituto Juventude", Ed. dezembro/2011)
⁴GREENSPAN, Alan ("A Era da Turbulência", 2010)

A Nova Classe Média é jovem: "Geração C"

Dentre os mais de 32 milhões de brasileiros que ascenderam à classe C na última década⁵, cerca de 9,6 milhões estão na faixa etária da juventude⁶, fato que não surpreende, pois, como sabemos, os jovens representam boa parte da população economicamente ativa do país.

A Nova Classe Média - é como o grupo de pessoas que pertence a essa categoria vem sendo chamado - tem se mostrado fundamental para o desenvolvimento econômico, pois propulsiona o consumo, gerando emprego de uma maneira bastante compe-

tente. Ao terem mais acesso ao crédito e um incremento na renda, as pessoas consomem mais, o que gera um aquecimento na economia, ocasionando o aumento do emprego, que por sua vez gera mais renda, que gera mais consumo e assim por diante.

Em recente pesquisa promovida pelo DataPopular⁷, verificou-se que na Região Metropolitana do Rio de Janeiro os jovens da classe C gastam de seu próprio salário algo em torno de R\$ 5 bilhões por ano na economia local. Detalhe importante desse dado: "23% fazem as compras

do mês da casa onde moram, 22% pagam todas as contas e 64% são responsáveis pelas compras de itens de tecnologia".

Talvez, a informação mais importante para o que estamos abordando seja que esse gigantesco número de jovens que compõe a Nova Classe Média tem, em média, três anos a mais de estudo do que os seus pais, o que gera um acúmulo de informação maior, e os fazem, como veremos mais adiante, ser importantes na formação da opinião das gerações seguintes. Para ser mais exato, apenas 26% da atual geração de pais pertencente à classe C concluíram o ensino fundamental; esse índice subiu para 65% na geração dos filhos⁸.

Para efeito de comparação, um senhor chileno nascido em 1952 tem tantos anos de estudo quanto um jovem brasileiro nascido em 1980. Já um jovem chileno nascido no mesmo ano estudou três ou quatro anos a mais do que o seu contemporâneo brasileiro. Resultado: uma vantagem de 28 anos para os chilenos (Gráfico 02).

Evolução do tempo de estudo por faixa etária: Brasil e Chile

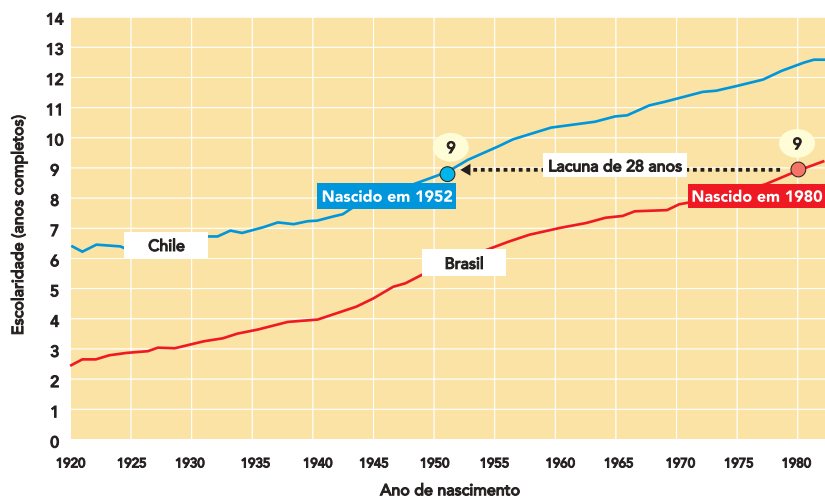


Gráfico 02: Evolução do tempo de estudo por faixa etária: Brasil e Chile (PAES DE BARROS, Ricardo; 2010).

⁵SAE/PR e MF, 2011 (http://www.sae.gov.br/novaclassemedia/?page_id=58)

⁶"Classe Urbana do Brasil" (IBOPE, 2011)

⁷Geração C, retrato dos jovens cariocas' (DataPopular, 2012)

⁸DataPopular, 2011.

Capacidade de formar opinião e influenciar para o consumo: a “nova juventude” e os “jovens-ponte”

Em 2010, tínhamos 9 milhões de universitários na classe C, contra os apenas 6 milhões em 2002; em 2014, espera-se, serão 11 milhões. Desde os adventos das décadas de 1990 e 2000, com a popularização dos computadores pessoais, *smartphones* e da rede mundial de computadores, a internet, passou a haver uma transformação sociocultural que se revela mais latente na juventude, muito provavelmente por ser esta a faixa etária com mais acesso a esses novos instrumentos de comunicação.

O projeto-pesquisa “Sonho Brasileiro”⁹, patrocinado pelo Banco Itaú e pela Pepsi, com apoio da Rede Globo (sim, o mercado está interessadíssimo nos jovens como consumidores), identificou que 85% dos jovens entre 18 e 24 anos acreditam que a internet contribui para o seu aprendizado.

Em tese, quem dispõe de

mais acesso à informação tem mais condições de formar opinião. Sendo assim, temos um dado a mais nesse cenário, pois esse contingente gigantesco de jovens está acessando o mercado de trabalho, consumindo, gerando riqueza e também influenciando a opinião de outras pessoas em relação ao consumo.

Essa mesma pesquisa detectou um tipo de jovem extremamente relevante nesse cenário: o “jovem-ponte”, que seria aquele que conecta pessoas, ideias e ações. São lideranças juvenis que estão por aí, influenciando ativamente nos rumos do país e que correspondem a 8% dos jovens brasileiros. Como fundamento do conceito, temos números importantes. Em torno de 79% dos jovens do Brasil admitem “utilizar parte de seu tempo livre para ajudar a sociedade” e 77% concordam que seu bem-estar depende do bem-estar da sociedade onde vivem, o

que ajuda a derrubar o folclore de “juventude alienada” que alguns insistem em utilizar. É que, ao contrário das gerações anteriores - que viveram a dicotomia capitalismo-socialismo da Guerra Fria e a falta de democracia no período da ditadura militar - o jovem de hoje acredita em “microrrevoluções” realizados por meio do seu próprio poder de intervenção na sociedade, e a partir da “multiplicidade de projetos e grupos de ação temporários”.

É uma geração-global, completamente diferente de todas as outras, complexa, descolada e com uma visão alternativa do mundo, é o jovem que desconstrói o velho conceito do “jovem-alienado-problema” para erguer o “jovem-informado-solução”. Essa é a nova juventude brasileira, que não conheceu a hiperinflação e já nasceu no Brasil com índices de crescimento econômico que geram emprego e renda, ou seja, *que criam oportunidades*.

⁹ Projeto Sonho Brasileiro - www.oshobrasileiro.com.br (BOX, 2011)

A esquina do “bônus demográfico” com “geração de oportunidades”

Temos então uma enorme janela de oportunidade à nossa frente: é possível acelerar o desenvolvimento do país se aproveitarmos esse momento em que ainda temos mais pessoas economicamente ativas - que geram renda e ativam a economia - do que inativas - que dispendem gastos da Previdência e da saúde pública.

Na conjuntura atual, em

que há baixo desemprego, com aumento de renda e farta disponibilidade de crédito, o “bônus demográfico” encontra um cenário favorável para desenvolver-se de forma positiva.

Evidentemente, em complemento a isso, é necessária uma robusta e competente política pública de juventude, capaz de promover a emancipação social dos jovens. As

estatísticas demonstram claramente isso, o desemprego no recorte etário de 15 a 24 anos é, em média, três vezes superior às demais faixas etárias no mundo inteiro¹⁰, o que é extremamente nocivo para as economias, conforme observou a Organização Internacional do Trabalho em seu relatório “Estatísticas de Emprego Global para a Juventude”, de agosto de 2010:

O desemprego na juventude e situações em que os jovens desistem da procura de emprego ou trabalho em condições inadequadas incorre em custos para a economia, à sociedade e para o indivíduo e sua família. A falta de trabalho decente, se experimentado em tenra idade, ameaça comprometer as perspectivas futuras de emprego de uma pessoa e muitas vezes leva a comportamentos inadequados de trabalho que duram uma vida. Existe uma relação comprovada entre o desemprego juvenil e a exclusão social. A incapacidade de encontrar emprego gera uma sensação de inutilidade e ociosidade entre os jovens que pode levar ao aumento da criminalidade, problemas de saúde mental, violência, conflitos e consumo de drogas. Os ganhos mais evidentes, então, em fazer o máximo do potencial produtivo da juventude e garantir a disponibilidade de oportunidades de emprego decente para a juventude, são os ganhos pessoais dos próprios jovens.

O segundo ganho óbvio para a recuperação do potencial produtivo da juventude subutilizada é a econômica. A ociosidade entre os jovens pode chegar a grandes custos. Eles não estão contribuindo para o bem-estar econômico do país - muito pelo contrário. A perda de renda entre as gerações mais jovens se traduz em uma falta de poupança, bem como uma perda da demanda agregada. Alguns jovens que são incapazes de ganhar sua própria renda têm que ser apoiados financeiramente pela família, baixando os gastos e os investimentos no campo doméstico. As sociedades perdem seus investimentos em educação. Governos deixam de receber contribuições para os sistemas de seguridade social e são forçados a aumentar os gastos com reparação de serviços, incluindo o crime ou os esforços de prevenção ao uso de drogas além do uso de subsídios ao desemprego nos países onde eles existem. Tudo isso é uma ameaça para o potencial de crescimento e desenvolvimento das economias. Do ponto de vista do custo-benefício, faz sentido para um país investir na juventude. Os jovens podem carecer de experiência, mas eles tendem a ser altamente motivados e capazes de oferecer novas ideias ou insights. Eles são os motores do desenvolvimento econômico de um país. Renunciar a este potencial é um desperdício econômico.

¹⁰Global Employment Trends for Youth (OIT, 2010)

Portanto, a metafórica esquina do “bônus demográfico” com um cenário de “geração de oportunidades” pode catapultar

o desenvolvimento do país, muito embora a janela de oportunidades aberta pela conjugação desses fatores tenha hora

para fechar, ou seja, estamos correndo contra o relógio.

Rede de surfistas no mar

Ligados por computador

Novas maravilhas pra se admirar

Não me venha com a velha dor

O trem da juventude é veloz

Quando foi olhar já passou

Os trilhos do destino cruzando entre nós

Pela vida, trazendo o novo.

Herbert Vianna, “O trem da juventude”.

GABRIEL SOUZA
Presidente Nacional
da Juventude do PMDB
(em licença)



FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES PROMOVE FORMAÇÃO POLÍTICA PARA JUVENTUDE



Realizar um diálogo formativo com a juventude brasileira é o objetivo do novo curso da Fundação Ulysses Guimarães. Com o conteúdo programático, dividido em dois módulos, o curso de Formação Política para Jovens está alinhado com temas atuais.

Das teorias políticas clássica, moderna e contemporânea aos problemas vivenciados pela juventude rural. Dos conceitos de poder e cidadania à realidade da juventude negra. Do que pensavam os filósofos contratualistas ao que pensa a juventude brasileira. São estas as premissas que compõem o curso.

“A formação política para a Juventude é uma das maiores vitórias da Juventude do PMDB, a realização de um sonho dos nos-sos companheiros e companheiras. Temos muito a agradecer ao presidente Eliseu Padilha pelo investimento que a Fundação Ulysses faz na formação da nossa militância”, sintetiza o presidente da JPMDB Nacional, Gabriel Souza.

As videoaulas serão compostas dentre outros elementos, pelas sete artes. Música, literatura, cinema, teatro e pintura serão geradores de temáticas. Para dinamizar o curso, um casal de universitários guiará o aluno pelo conteúdo. E os jovens serão os protagonistas, interpelando e contrapondo em quadros como o Roda Viva, baseado no próprio programa histórico da TV Cultura.

O curso preza pela desconstrução de conceitos. Nada será firmado ou estabelecido, tudo será conceituado pelo próprio aluno com base nas informações apre-sentadas.

Módulo - O primeiro módulo “Compreendendo o Processo Político” apresentará a base sobre política, poder, democracia e cidadania. O segundo módulo “Juventude em Movimento” tratará sobre a realidade da juventude, os movimentos sociais, as políticas públicas, liderança e o Estatuto da Juventude.

No interior desses dois módulos, que se desenvolvem-se as 9 aulas e que remontarão toda a história política brasileira com foco na juventude.

O presidente nacional da Fundação Ulysses, deputado Eliseu Padilha, explica que o objetivo final do curso é o fortalecimento da cidadania por meio da politização e da formação de militantes qualificados para defender bandeiras de lutas, principalmente aquelas pertinentes a sua própria faixa-etária. “Nossa meta é formar novos atores políticos para o desenvolvimento dos municípios, estados e país. A ferramenta para isso será o estudo dos conceitos principais da política, visando uma prática humanizada e humanizadora com ética, dedicação e eficiência”, detalha Padilha.

Além disso, o que se quer motivar os jovens a aderir ao

programa e provocar neles a reflexão sobre a essência do processo político e da função pública, para que as novas lideranças sejam capazes de contribuir para o fortalecimento da cidadania e da democracia. “É necessário despertar o cidadão para a responsabilidade político-social. Neste caso específico, falo sobre a participação dos indivíduos na formulação de políticas públicas de juventude. Esperamos que, após a conclusão das aulas, os participantes tenham interesse nos demais cursos oferecidos pela Fundação”, afirmou o presidente.

Todas as informações sobre o conteúdo programático e professores do curso estão disponíveis no site www.educacaoliberta.org.br ou na página do Programa de Formação Política www.ead.fundacaoulysses.org.br

Os interessados podem acompanhar as notícias sobre o curso também por meio das redes sociais da Fundação: @FundUlysses e www.facebook.com/FundacaoUlyssesGuimaraesNacional.

Mobilização nas redes – No link “vídeos” do site, são postados depoimentos de fomentação a formação política. Lideranças e militância solicitam a integração ao novo curso disponibilizado. Todos os enviados a midia@fundacaoulysses.org.br serão disponibilizados lá.

PARANÁ É EXEMPLO A SER SEGUIDO

A Fundação Ulysses Guimarães do Paraná faz parte do projeto piloto do Curso de Formação para Jovens. No dia 31 de janeiro, foi realizada a primeira capacitação para 220 mediadores, de mais de 30 municípios do estado.

“Pretendemos implantar as turmas assim que o material didático ficar pronto. De imediato, devemos criar 30 turmas”, afirmou Rafael Xavier, presidente da FUG-PR.

O lançamento do curso no estado contou com a presença do presidente nacional da JPMDB, Gabriel Souza, da gerente nacional do EAD, Elisiane da Silva, do presidente da FUG-ES, Francisco Donato, do presidente da FUG-RJ, Amauri Cardoso, do diretor da UNE, Bruno Julio. Também marcaram presença o presidente do PMDB-PR, Waldyr Pugliesi, o deputado João Arruda, o deputado Anibelli Neto, o

pré-candidato à prefeitura de Curitiba, Rafael Greca.

Para atender à região centro-sul, um novo curso foi promovido no dia 2 de março, com 50 mediadores e 10 municípios atendidos, dando continuidade ao trabalho realizado pela parceria entre a Fundação e os núcleos da Juventude do PMDB e do PMDB Mulher.

Congresso - O novo curso da Fundação foi um dos temas do Congresso Estadual da Juventude do PMDB, realizado no dia 3 de março em Paranavaí. Jovens peemedebistas de todo o estado definiram suas diretrizes em prol da luta em defesa de um estado mais progressista.

“Nosso objetivo é o de eleger o maior número de prefeitos e vereadores do PMDB. Trabalharemos para incentivar as candidaturas no estado, utilizando os cursos da

Fundação, tanto o destinado à juventude, quanto o da formação de candidatos. Além disso, decisão da executiva estadual do PMDB determina que, no Paraná, todos os municípios deverão ter um candidato jovem a vereador”, informou Rafael.

Ao final do Congresso, foi aprovada a Carta de Paranavaí, que elenca as diretrizes da juventude paranaense e ressalta: “Nós, jovens do PMDB, convocamos a juventude brasileira, em especial a juventude do Paraná, a juntar-se a nós na defesa dos movimentos sociais brasileiros. Fortalecer os movimentos sociais é fortalecer a democracia participativa, a formação de novos quadros políticos e também o controle social. Movimentos sociais como o movimento estudantil, o feminino e o comunitário são vitais para o desenvolvimento da democracia brasileira”.

Já no início de 2012, a FUG-PR realizou visitas a 70 municípios para levar as bandeiras do partido, a formação política e buscar candidaturas próprias para o partido para as eleições municipais que acontecem este ano.

Outro projeto iniciado pela Fundação no Paraná no mês de março, é o programa Memória, Café e Política, que consiste em vídeos mensais com uma série de entrevistas com membros históricos do PMDB. O programa pretende resgatar oralmente, por meio de depoimentos informais, a história do MDB/PMDB e do Brasil. Todo o material será transformado em livros, que serão lançados pela instituição.

O primeiro programa, veiculado pela internet pelo site da FUG-PR (<http://www.fundacaoulyssespr.org.br/>), teve como entrevistado o presidente da Fundação Ulysses Guimarães nacional, deputado Eliseu Padilha (RS). As próximas edições terão a participação do presidente do PMDB nacional, senador Valdir Raupp (RO), e do ex-governador do Paraná, senador Roberto Requião (PR).



RIO GRANDE DO NORTE PREPARA MEDIADORES

A Fundação Ulysses Guimarães do Rio Grande do Norte, presidida por Gleire Belchior, promoveu, no último dia 06 de fevereiro, um curso voltado para a preparação de 50 mediadores que irão conduzir no estado o novo curso.

Na avaliação de Gleire, a implantação de um programa de ensino político voltado para jovens deve ampliar a participação do segmento no pleito eleitoral deste ano. "No ano passado realizamos um trabalho intenso com a militância feminina e hoje já percebemos que houve um considerável aumento do número de mulheres se candidatando a cargos eletivos em todo o estado. A expectativa é de que o curso para jovens também reflita, em um futuro próximo, no fortalecimento do núcleo na política local", afirmou.

De acordo com o secretário-executivo da Fundação Ulysses do Rio Grande do Norte, Professor Assis, o curso vem reforçar o movimento dos jovens no estado, que vive

hoje um momento de expansão. "A Juventude do PMDB norte-rio-grandense, especialmente da capital, está envolvida com as preparações da militância para as eleições municipais deste ano", esclareceu.

A criação de turmas do novo curso foi, segundo Professor Assis, uma reivindicação dos jovens militantes do PMDB estadual. A expectativa é que o programa de Formação Política para Jovens seja estendido para todos os 167 municípios do RN ainda no primeiro semestre de 2012. "Este curso é uma excelente forma de preparar a juventude para a vivência política. Somos a única legenda que ainda faz um trabalho de base como este", destacou.

O atual presidente da Juventude peemedebista do estado, Edson Carvalho, que coordenou a seleção dos 50 mediadores, na maioria presidentes municipais da JPMDB, que vão ministrar o curso, ressaltou a importância da Fundação Ulysses Nacional de focar seu trabalho também

na formação de jovens. "É fundamental que possamos priorizar a qualificação da nossa militância para os embates e desafios políticos eleitorais", disse.

Carvalho lembrou que o próprio fato de a Fundação Ulysses Nacional ter escolhido o Rio Grande do Norte como primeiro estado do nordeste a receber os cursos de EAD se deve ao forte trabalho de base desenvolvido na região. "Hoje temos o JPMDB formalmente organizado em 100 municípios. Agora iremos nos empenhar para garantir a abertura do maior número possível de turmas", concluiu.



Gleire Belchior

FUNDAÇÃO QUER PREPARAR A JUVENTUDE PARA POLÍTICA

O novo curso da Fundação Ulysses Guimarães, Curso de Formação Política para Juventude, foi lançado nacionalmente no 2º Congresso Nacional da JPMDB realizado no Rio de Janeiro, entre os dias 16 a 18 de março. “Estamos já há cinco anos levando Brasil a fora o programa de formação política, que fazemos em parceria com a UnB e com a UFRGS. Para o curso da juventude, escolhemos a coordenação do historiador e líder de juventude, Márcio Carvalho”, informou Eliseu Padilha, presidente nacional da Fundação.

“Este curso foi cunhado com linguajar para a juventude. Contratamos uma série de psicólogos e psiquiatras e fizemos uma pesquisa nacional. Por meio dela constatamos que a juventude até os 30 está de costas para a política, para como ela se apresenta hoje”, disse Padilha. De acordo com o presidente da Fundação, apenas 10% da população está envolvida com a política convencional, os outros 90% querem uma nova forma de fazer política e de se engajar nas questões sociais.

Gabriel Souza, presidente licenciado da JPMDB, lembrou que cursos de formação específicos para juventude peemedebista sempre foram um pleito do núcleo jovem do partido. “Com este curso da Fundação, especificamente voltado para a juventude pretendemos atingir 10 mil jovens”, disse.

“O Curso de Formação Política para a Juventude, promovido pela Fundação Ulysses Guimarães foi possível graças à parceria com o presidente da Fundação, deputado Eliseu Padilha. Eu, que assumo hoje a presidência do núcleo, terei a tarefa de levar esse curso para todo o Brasil, além de buscar aumentar o número de militantes e filiados ao partido”, afirmou Marco Antônio Cabral, presidente em exercício da JPMDB, na abertura do Congresso.

Ensino a distância - A estrutura dos cursos de formação pelo sistema do ensino a distância (EAD) e o conteúdo do curso específico para juventude, que tem linguagem desti-



nada aos jovens, foram apresentados pelo presidente da Fundação. O primeiro módulo tratará do que é política, poder, cidadania, estado e democracia. O segundo módulo tratará da participação, organização, mobilização, movimentos de juventude, políticas públicas, liderança e noções sobre o estatuto da juventude. Para concluir, foi apresentado um vídeo com o modelo das aulas.

Outra pesquisa encomendada pela Fundação avaliou o nível de descrença da população com a política. “Verificamos que a população não está interessada em política. Da

faixa etária de vocês não chegam a 2% as pessoas interessadas. Em média temos 10% da população que tem interesse na área. Isso quer dizer que os políticos hoje eleitos não têm legitimidade, pois 90% da população não estão interessados em política”, disse Padilha para a plenária do Congresso da JPMDB.

Para Padilha, “só há um jeito de organizar a vida em sociedade, e esse jeito é a política. Mas não essa política desprestigiada e sim a verdadeira política”. O parlamentar é defen-

sor do conhecimento como meio de transformação social: “o Brasil está sendo excluído do mercado internacional pela falta de qualificação dos brasileiros, precisamos investir na educação. Nós não valorizamos o conhecimento e isso tem que mudar. País desenvolvido vende conhecimento, país subdesenvolvido vende matéria prima”.

O presidente da Fundação ressaltou a importância da formação e qualificação continuada de todos os militantes: “hoje vivemos a era do conhe-

cimento, quem tiver conhecimento é que vai estar à frente. Queremos saber se a nossa 6ª colocação no Produto Interno Bruto (PIB) vai migrar para o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em que ocupamos a 84ª posição mundial. E isso só será possível com uma mudança do envolvimento das pessoas com a política, por meio do conhecimento. Hoje, nossa economia é baseada na produção primária e não da manufatura. Para isso mudar, é preciso formar pessoas”.

JPMDB REALIZA 2º CONGRESSO NACIONAL NO RIO DE JANEIRO



O 2º Congresso Nacional da Juventude do PMDB aconteceu de 16 a 18 de março, no Rio de Janeiro. Na abertura do evento estiveram presentes autoridades nacionais do PMDB e de movimentos de juventude no Brasil.

O presidente da JPMDB nacional, Gabriel Souza (RS), abriu o Congresso destacando a importância de espaços de debate nas instâncias do partido: “a gente elege nossas lideranças em convenções, mas é importante a realização de Congressos para que tenhamos a oportunidade de debater assuntos relevantes para a política nacional. Cinco regiões brasileiras estão representadas aqui por militantes que realizaram diversos debates em congressos estaduais que aconteceram durante todo o ano passado”. Ao se licenciar da presidência do núcleo, Gabriel agradeceu a todos os que colaboraram com o trabalho da JPMDB e apresentou aos militantes o novo presidente, Marco Antonio Cabral (RJ).

Ao assumir a liderança da JPMDB, Marco Antônio Cabral lembrou que “a juventude do PMDB vive hoje um novo momento, que iniciou na gestão de João Alves e teve continuidade no ótimo trabalho de Gabriel Souza”. Marco Antonio fez referência a diversos eventos em que o núcleo esteve atuante e registrou a participação em massa na Conferência Nacional da Juventude, que aconteceu em 2011.

O novo presidente ressaltou a importância do trabalho do núcleo junto ao movimento estudantil. “Nunca tivemos uma atuação muito forte nessa área, ficamos 20 anos fora da UNE, para onde retornamos no ano passado após um intenso trabalho das nossas lideranças”, disse.

O governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, prestigiou o evento. “É uma alegria sediar esse encontro tão importante da juventude do PMDB na nossa universidade estadual. Lembro como foi importante para mim militar na juventude do PMDB e no movimento estudantil. É fundamental que vocês provoquem o nosso partido para que ele assuma e incorpore as políticas que a juventude considere importantes”, falou.

O presidente nacional do PMDB, senador Valdir Raupp (RO), cumprimentou Marco Anto-

nio Cabral, que assumiu a JPMDB: “tenho certeza de que você continuará o excelente trabalho do Gabriel ao ajudar a estruturar os núcleos de juventude em todo país”. “É uma grande satisfação estar aqui com vocês. Esse evento representa, sem dúvida, o futuro do PMDB. Como não dizer, o futuro do Brasil”, afirmou Raupp.

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, também esteve presente no evento e ressaltou a importância da juventude estar envolvida com a política. Para ele, “a política é o espaço da transformação em que a gente pode tornar a vida das pessoas melhor, em que a sociedade pode avançar e se transformar. Se a gente não estiver dentro dos partidos políticos, interferindo nos governos, eu tenho certeza de que não chegaremos a lugar nenhum”.



Entrevista

MARCO ANTONIO CABRAL

Presidente da JPMDB

Recém-empossado presidente da Juventude Nacional do PMDB, Marco Antônio Cabral comemora o sucesso do 2º Congresso Nacional da Juventude do partido, realizado entre 16 e 18 de março, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Cabral fala sobre as prioridades de sua gestão, e traça metas para as eleições municipais deste ano.

Ulysses - Qual sua avaliação sobre o 2º Congresso Nacional da JPMDB que acaba de ser sediado no Rio de Janeiro?

Marco - É muito positiva. O Congresso Nacional contou com a participação de 19 estados da Federação e nós nunca tivemos uma presença tão grande da juventude nesse tipo de evento. Foram três dias de debates em que tivemos seis grupos de trabalho e quatro palestras, entre elas a do presidente da Fundação Ulysses Guimarães (FUG), Eliseu Padilha, que lançou o curso de formação política para a juventude, e outra sobre marketing eleitoral, já que estamos em ano de eleições.

Ulysses - Quais as propostas aprovadas no encontro?

Marco - Aprovamos importantes propostas que se tornaram resoluções da JPMDB para guiar nosso trabalho pelos próximos anos: luta pela aprovação do Estatuto da Juventude, paridade nas executivas municipais, estaduais e nacional da JPMDB e do PMDB entre os gêneros, aplicação de 10% do PIB para Educação, obrigatoriedade do curso de formação política para candidatos, elaboração de um manual de redação institucional para criar uma unidade visual e de linguagem da JPMDB, e ainda a reserva de 5% do fundo partidário para a Juventude do PMDB.

Ulysses - Durante o Congresso você assumiu a presidência da JPMDB Nacional. Quais são suas prioridades no cargo?

Marco - Lançar no mínimo 8.500 candidatos jovens no Brasil. Essa meta foi estabelecida pelo então presidente Gabriel Souza e tenho certeza de que é factível. Também pretendemos realizar um seminário sobre Movimento Estudantil no mês de maio para debater questões importantes e avanços. Acredito que esse seminário possa dar um embasamento muito grande para os estudantes que militam nos DCEs das universidades e nos grêmios estudantis Brasil afora. Pretendemos produzir uma revista mensal para ser divulgada também na Internet.

Ulysses - Qual será sua linha de atuação à frente da JPMDB?

Marco - Vou dar continuidade ao trabalho do presidente Gabriel Souza de unificar o partido e andar pelo Brasil. Não adiantaria assumir a juventude sem compromisso de ir aos estados. É o que pretendo fazer. No dia 31 deste mês, por exemplo, vou ao Rio Grande do Norte para a convenção estadual. Vamos trabalhar com foco nas eleições municipais deste ano em todos os estados.

Ulysses - Por que investir na formação dos jovens do partido?

Marco - Nosso objetivo com o curso de formação política para a juventude é preparar no mínimo 10 mil jovens este ano. É um curso leve e prático, eu já assisti às aulas que a Fundação Ulysses Guimarães preparou em parceria com as duas maiores faculdades de Ciências Políticas do Brasil. O curso dará um embasamento muito grande para o nosso jovem militante não só pedir votos, mas ser votado também. Além de favorecer os jovens candidatos, o curso irá facilitar o crescimento e a atuação da nossa juventude na política brasileira. Vamos preparar o jovem para a carreira política e para que ele se engrandeça como cidadão brasileiro.

Ulysses - Sobre o Estatuto da Juventude, qual o posicionamento da JPMDB?

Marco - Vencemos a primeira batalha. O Estatuto da Juventude foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. A atuação do relator o senador Eunício Oliveira do PMDB do Ceará, com quem estivemos, foi fundamental para mais esta conquista da juventude. Agora vamos nos mobilizar para que o Estatuto seja aprovado no plenário da Câmara e sancionado pela presidente Dilma. Outra bandeira do nosso partido é a ampliação do ensino técnico pela qualificação da mão-de-obra para que os jovens de cada região do Brasil possam disputar as boas vagas de emprego que estão surgindo com o crescimento econômico.

Ulysses - Como a JPMDB pretende estimular seus filiados a lançar candidaturas?

Marco - Esse é um processo natural. Antigamente, o PMDB buscava jovens em outros partidos para disputar eleições. Hoje, temos um quadro mais preparado, capaz de disputar e vencer as batalhas eleitorais. Isso mostra que nossa Juventude passou por uma grande reestruturação e hoje vive a maturidade. O curso de formação política que vamos oferecer pela FUG é para melhorar ainda mais o nível dos nossos candidatos, por isso é fundamental a participação de todos. Nossa expectativa é eleger pelo menos 30% (2.555) dos 8.500 jovens que sairão candidatos nas eleições municipais deste ano. Vamos trabalhar pelo Brasil inteiro para levar essas lideranças às câmaras municipais e às prefeituras.



**Se você sempre quis
mudar o mundo, agora
pode ser a sua chance!**
**Curso de Formação Política para Juventude.
Conheça e participe!**

Mais informações sobre o curso acesse: www.educacaoliberta.org.br





CÂTEDRA

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
10 DE DEZEMBRO DE 1948

A ASSEMBLEIA GERAL PROCLAMA

A presente **Declaração Universal dos Direitos Humanos** como o *ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações*, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através *do ensino e da educação*, por promover o respeito a esses *direitos e liberdades*, e, pela adoção de *medidas progressivas de caráter nacional e internacional*, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

ARTIGO I

Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

ARTIGO II

Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

ARTIGO III

Toda pessoa tem direito à **vida**, à **liberdade** e à **segurança pessoal**.

ARTIGO IV

Ninguém será mantido em escravidão ou servidão, a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

ARTIGO V

Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

ARTIGO VI

Toda pessoa tem o **direito de ser**, em todos os lugares, reconhecida como **pessoa perante a lei**.

ARTIGO VII

Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual **proteção** contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

ARTIGO VIII

Toda pessoa tem direito a receber dos tributos nacionais competentes **remédio efetivo** para os atos que **violem os direitos fundamentais** que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.

ARTIGO IX

Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

ARTIGO X

Toda pessoa tem direito, em plena igualdade, a uma **audiência justa e pública por parte de um tribunal independente e imparcial**, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

ARTIGO XI

1. Toda pessoa acusada de um ato delituoso tem o direito de ser presumida **inocente** até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua **defesa**.

2. **Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional.** Tampouco será imposta **pena** mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

ARTIGO XII

Ninguém será sujeito a **interferências na sua vida privada**, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação. Toda pessoa tem direito à **proteção da lei** contra tais interferências ou ataques.

ARTIGO XIII

1. Toda pessoa tem direito à **liberdade de locomoção e residência** dentro das fronteiras de cada Estado.
2. Toda pessoa tem o direito de **deixar qualquer país**, inclusive o próprio, e a este regressar.

ARTIGO XIV

1. Toda pessoa, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar **asilo** em outros países.
2. Este direito **não pode ser invocado** em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos propósitos e princípios das Nações Unidas.

ARTIGO XV

1. Toda pessoa tem **direito a uma nacionalidade**.
2. Ninguém será arbitrariamente **privado** de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.

ARTIGO XVI

1. Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de **contrair matrimônio e fundar uma família**. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução.
2. O casamento não será válido senão com o livre e pleno **consentimento** dos nubentes.

ARTIGO XVII

1. Toda pessoa tem direito à **propriedade**, só ou em sociedade com outros.
2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.

ARTIGO XVIII

Toda pessoa tem direito à **liberdade de pensamento, consciência e religião**; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

ARTIGO XIX

Toda pessoa tem direito à **liberdade de opinião e expressão**; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

ARTIGO XX

1. Toda pessoa tem direito à **liberdade de reunião** e associação pacíficas.
2. Ninguém pode ser **obrigado** a fazer parte de uma associação.

ARTIGO XXI

1. Toda pessoa tem o direito de tomar **parte no governo de seu país**, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.
2. Toda pessoa tem igual direito de **acesso ao serviço público do seu país**.
3. A **vontade do povo será a base da autoridade do governo**; esta vontade será expressa em **eleições** periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

ARTIGO XXII

Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à **segurança social** e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos **direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade**.

ARTIGO XXIII

1. Toda pessoa tem **direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.**
2. Toda pessoa, sem qualquer distinção, tem direito a igual **remuneração** por igual trabalho.
3. **Toda pessoa que trabalhe tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.**
4. Toda pessoa tem direito a organizar **sindicatos** e neles ingressar para proteção de seus interesses.

ARTIGO XXIV

Toda pessoa tem direito a **repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas.**

ARTIGO XXV

1. **Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.**
2. A **maternidade e a infância** têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

ARTIGO XXVI

1. **Toda pessoa tem direito à instrução.** A instrução será gratuita, pelo menos nos **graus elementares e fundamentais.** A instrução elementar será obrigatória. A instrução **técnico-profissional** será acessível a todos, bem como a **instrução superior**, esta baseada no mérito.
2. A instrução será orientada no sentido do **pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.**
3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

ARTIGO XXVII

1. Toda pessoa tem o direito de participar livremente da **vida cultural da comunidade**, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios.
2. Toda pessoa tem direito à **proteção dos interesses morais e materiais** decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor.

ARTIGO XXVIII

Toda pessoa tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.

ARTIGO XXIX

1. Toda pessoa tem **deveres para com a comunidade**, em que o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível.
2. No exercício de seus direitos e liberdades, toda pessoa estará **sujeita apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer às justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.**
3. Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos propósitos e princípios das Nações Unidas.

ARTIGO XXX

Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa, do direito de exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destinado à **destruição** de quaisquer dos direitos e liberdades aqui estabelecidos.

O CAPITALISMO GLOBAL

CELSO FURTADO

No livro "O Capitalismo Global", Celso Furtado oferece reflexões sobre acontecimentos da década de 1990. Ele o introduz com um capítulo autobio-gráfico intitulado "A Longa Marcha da Utopia". Com essas recordações, Celso Furtado lembra que "a ciência institucionalizada é sempre conservadora", e observa, um pouco mais adiante: "nenhuma sociedade consegue livrar-se completamente da ação de heréticos e nada tem mais importância na história da humanidade do que a heresia". Celso Furtado, Raul Prebisch e seus companheiros do Cepal (Centro de Estudos para a América Latina) foram heréticos nos anos 1940 e 1950, quando questionaram o liberalismo na América do Sul.

Pouco tempo depois, o que outrora fora considerado "heresia" se tornou modismo e

por pouco não se tornou ortodoxia. O desenvolvimentismo cepalino foi ao poder com Juscelino, em 1956, e Celso Furtado teve a oportunidade de projetar a Sudene e capitaneá-la em seus anos iniciais. O desenvolvimentismo, versão terceiro-mundista do keynesianismo, tornou-se a doutrina predominante não apenas entre os economistas, mas também entre os governantes, que promoveram com entusiasmo a "industrialização por substituição de importações". E essa tendência não encontrou ressonância só no Brasil, mas em toda a América Latina e em boa parte da Ásia recém-emancipada pela revolução anticolonial. As crises dos anos 1970 mudaram tudo de novo.

As políticas keynesianas e o seu melhor fruto - o Estado de bem-estar social - caíram em

desgraça. Os velhos dogmas liberais passaram a entrar novamente em evidência, apoiados pelas empresas multinacionais e seus banqueiros, subitamente libertados da tutela estatal. Mental e politicamente, o mundo regrediu ao começo do século, quando a liberdade individual era vinculada ao funcionamento irrestrito dos mercados e os Estados tinham como tarefa primordial manter a ordem e, sobretudo, o valor externo da moeda nacional. Neste novo mundo velho, Celso Furtado volta a escrever história.

O centro desse seu novo trabalho é a análise da globalização, que ele apresenta do ângulo histórico. No começo da Revolução Industrial, a exclusão social provocada foi enorme e a estreiteza do mercado interno levava a nova

indústria a procurar o mercado mundial. "Com efeito, se a lógica dos mercados tivesse prevalecido sem restrições, tudo leva a crer que a internacionalização das atividades econômicas (o processo de globalização) teria se propagado muito mais cedo. (...) Além do mais, neste caso teria de se esperar que houvesse uma concentração social da renda ainda mais forte nos países que lideravam a Revolução Industrial."

Não foi isso que ocorreu. Os trabalhadores se organizaram, conquistaram direitos e condições de elevar gradativamente seus salários, fazendo a economia industrial voltar-se para o mercado interno. Com essa guinada da história, a acumulação de capital deixou de se subordinar unicamente à lógica do interesse do capital privado. "O dinamismo da economia capitalista derivou, assim, da interação de dois processos: de um lado, a inovação técnica (...), de outro, a expansão do mercado - que cresce junto com a massa dos salários." A mudança crucial começou no fim do século passado, com a legalização dos sindicatos, e prosseguiu com a instauração do sufrágio universal, a partir da primeira metade deste século. Essa transformação atingiu o seu apogeu, com a vitória das forças democráticas,

aliadas aos comunistas, sobre o nazi-fascismo, na Segunda Guerra Mundial. Nos 30 anos dourados que se seguem, desenvolve-se o Estado de bem-estar social no primeiro mundo, e parte da periferia usa a independência política para se industrializar.

Entendida em seu contexto histórico, destaca-se a ideia de que a globalização, em sua quadra atual, representa um retrocesso. "O processo atual de globalização a que assistimos desarticula a ação sincrônica dessas forças que garantiam no passado o dinamismo dos sistemas econômicos nacionais. (...) Voltamos assim ao modelo do capitalismo original, cuja dinâmica se baseava nas exportações e nos investimentos no estrangeiro." A partir desta constatação fundamental, Celso Furtado faz a crítica do processo que se desenrola "em prejuízo das massas trabalhadoras organizadas e em proveito das empresas que controlam as inovações tecnológicas. Já não existe o equilíbrio garantido no passado pela ação reguladora do poder público. Disso resulta a baixa participação dos assalariados na renda nacional de todos os países, independentemente das taxas de crescimento".

Com clarividência, Celso

Furtado vai analisando as perspectivas que esta globalização regressiva condiciona: "Tudo indica que prosseguirá o avanço das empresas transnacionais, graças à crescente concentração do poder financeiro, (...) o que contribui para aumentar o fosso entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos". A razão disso é o contínuo enfraquecimento dos Estados nacionais frente ao capital privado cada vez mais centralizado em imensas organizações globais. E Celso Furtado sabe, melhor do que ninguém, que a superação do subdesenvolvimento tem que ser obra política de Estados nacionais. Por isso, ele conclui que "a estrutura internacional de poder evolui para assumir a forma de grandes blocos de nações sedes de empresas transnacionais que dispõem de rico acervo de conhecimentos e de pessoal capacitado".

Um dos capítulos mais interessantes do livro é o que trata da "Superação do Subdesenvolvimento", no qual são analisados três modelos que se tentou desenvolver no último meio século: (1) a coletivização dos meios de produção; (2) a prioridade à satisfação das necessidades básicas, e, (3) o ganho de autonomia externa. Eles correspondem, genericamente, ao modelo soviético, latino-americano e asiático dos

anos dourados. Celso Furtado mostra, em poucas linhas, os pontos fortes e fracos destes modelos. Apenas em relação ao segundo ele deixa transparecer um determinismo tecnológico que carece de melhor fundamentação.

Segundo ele, a "As economias subdesenvolvidas que se industrializaram com a cooperação das empresas transnacionais utilizam técnicas e mesmos equipamentos que já foram amortizados nos países de origem dessas empresas. A reciclagem dos sistemas produtivos em função de padrões de consumo menos elitistas poderá exigir novos investimentos, acarretando elevação de custos. Produz-se desta forma um efeito perverso: a tecnologia requerida para satisfazer as necessidades de uma população de baixo nível de renda pode ser mais cara, pois está substituindo outra que, embora mais sofisticada, tem custo de oportunidade zero para a empresa que a utiliza". Na realidade, não há uma relação rígida entre padrões de consumo e técnicas

de produção. A teoria do ciclo de vida do produto mostra que, em seu início, os novos produtos atendem apenas à elite, porque são caros e exige gostos sofisticados. Mas, passado o ciclo inicial, os produtos tornam-se de massa, os ganhos de escala na produção permitem barateá-los e eles ficam ao alcance de todas as bolsas. Portanto, técnicas incorporadas em equipamentos já amortizados tendem a ser perfeitamente compatíveis com padrões de consumo populares.

No capítulo final de "O Capitalismo Global", o autor se ocupa do Brasil, apresentando um retrato cru e realista da crise em que se encontrava durante a década de 1990. "Hoje, as taxas de crescimento são baixas, o investimento mantém-se deprimido e estamos imersos num processo de endividamento externo considerável. O desajustamento macroeconômico é evidente. (...) Metade das importações são pagas com endividamento externo. (...) Grande parte deste endividamento está financiando o

consumo e para acalmar os especuladores são mantidas vultosas reservas de câmbio e pagas elevadas taxas de juros. Tudo isso se traduz em esterilização de poupança e em risco crescente de ingovernabilidade do país."

A fuga de capitais, que ocorreu em massa ao longo da década de 1990 e início dos 2000, confirmou os presságios de Celso Furtado. Em sua pequena obra primorosa, ele condensa muito do seu saber, que mais uma vez se tornou herético. A realidade está desmascarando a ortodoxia neoliberal, cuja prática levou o mundo - e o nosso país em particular - à beira do abismo. Porém, graças a ensinamentos como os expostos pela obra de Furtado, o Brasil está conseguindo enfrentar, de maneira soberana, a crise que assola o mundo nos últimos anos. A política de distribuição de renda realizada pelos últimos governos também tem mostrado frutos positivos, o que lembra a importância da heterodoxia propagada por este pensador genial.



Celso Furtado nasceu em 1920, na Paraíba. Formou-se em direito, doutorou-se em economia na Universidade de Sorbonne. Foi um dos fundadores da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal). Criou e dirigiu a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) até 1964. Foi ministro do Planejamento no governo João Goulart e, ao voltar do exílio, ministro da Cultura. Por vinte anos lecionou em universidades da Europa e dos Estados Unidos. É autor de cerca de trinta livros sobre teoria, política e história econômicas. Celso Furtado faleceu em 2004, no Rio de Janeiro.

**PARA
ASSOCIAR
SUA MARCA
AOS IDEAIS
DE ULYSSES
GUIMARÃES.**

**PARA
UNIR
SUA MARCA
A UM VEÍCULO DE
COMUNICAÇÃO
CERTIFICADO
PELO SELO FSC.**

**PARA
PROPAGAR
SUA MARCA
ENTRE AS
PERSONALIDADES
MAIS INFLUENTES
DO BRASIL.**

**PARA
ETERNIZAR
SUA MARCA
NAS MAIORES
BIBLIOTECAS
DO MUNDO.**

PARA ANUNCIAR SUA MARCA

Ligue (61) 3216-9758 / 9759 ou escreva para
revistaulysses@fundacaoulysses.org.br
e solicite o mídia kit.

R E V I S T A
ULYSSES

A revista que é um baluarte da democracia



